



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES**

**Município: GUANHÃES/MG**



## Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	53
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	53
VIII - CONCLUSÃO	53





I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Eixo Pleno  
Entidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES  
CPF/CNPJ: 18.307.439/0001-27  
Município/UF: GUANHÃES-MG  
Unidade Visitada: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES  
CPF/CNPJ: 18.307.439/0001-27  
Município/UF: GUANHÃES/MG  
Demandante: Componente Estadual do SNA  
Forma: Direta  
Objeto: Gestão  
Abrangência: Janeiro/2024 a julho/2025  
Gestão do Prestador: Plena  
Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	23/04/2025	07/07/2025
Execução - In loco	08/07/2025	10/07/2025
Relatório	14/07/2025	23/07/2025

Tarefa Nº: 152980  
Natureza da Entidade: Municipal

II - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2025, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

OBJETIVO E ESCOPO



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Avaliar se o Município de Guanhães, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria (CMA); implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA); estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde (FMS); regularidade do processo de formalização de Contratos e/ou Convênios com o prestador assistencial hospitalar localizado na sede do Município; e regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS.

O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2024 a julho/2025.

#### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O Município de Guanhães situa-se na região do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, a 242 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Centro e é sede da Microrregião de Guanhães (PDR-SUS/MG 2023).

Segundo dados do Censo do IBGE de 2022, a população de Guanhães é de 32.244 habitantes, sendo essa população distribuída por uma área de 10.751 km<sup>2</sup> (IBGE/2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,686, o que situa esse Município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2010).

Guanhães assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 1823, de 12/05/2014, com efeitos financeiros a partir de junho de 2014. O Município possui 13 Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Especialidades e um hospital filantrópico conveniado ao SUS, o Hospital Imaculada Conceição (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 24/04/2025).

O Hospital Imaculada Conceição (CNES nº 214.4530 e CNPJ nº 20.724375/0001-20) é uma entidade sem fins lucrativos e é o único hospital do município. Possui 73 leitos cadastrados no CNES, sendo 55 disponibilizados ao SUS. Esses leitos estão distribuídos nas seguintes especialidades: UTI Adulto - Tipo II, cirurgia geral, clínica geral, saúde mental, obstetrícia (cirúrgica e clínica) e leitos de outras especialidades - cuidados de pacientes crônicos e pediatria clínica e cirúrgica (CNES, 20/05/2025).

A Microrregião de Saúde de Guanhães possui 9 municípios, sendo eles: Carmésia, Dom Joaquim, Dolores de Guanhães, Guanhães, Materlândia, Rio Vermelho, Sabinópolis, Senhora do Porto e Virgínia (PDR-SUS/MG 2023).

#### III - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

- Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação: será verificada a regularidade em relação à implantação e operacionalização dos serviços;
- Quanto ao Fundo Municipal de Saúde: não será contemplada a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e a execução de despesas;
- Quanto aos Contratos e Convênios: não será contemplada a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos contratos firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.520/2002, e arts. 1º a 47- A da Lei nº 12.462/2011);
- Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS: será verificada a formalização dos mesmos, sendo a análise restrita às formalidades de elaboração, registro/elaboração no Sistema DIGISUS e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplada a avaliação em relação à regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.

#### FASE ANALÍTICA



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0011546/2025-02;
- Análise da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0011558/2025-66;
- Verificação da Matriz de Planejamento – Eixo Plenos;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da Matriz de Planejamento de auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município de Guanhães, acessados em 24/04/2025 e 20/05/2025;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Guanhães, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consultappi>;
- Análise de Relatórios e documentos referentes aos Instrumentos de Gestão do município de Guanhães, disponíveis no Sistema DigiSUS, no site: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>;
- Análise de Relatórios e documentos referentes à gestão do FMS do Município de Guanhães, disponíveis nos sites: <https://cidadesmg.com.br/portaltransparencia/faces/user/portal.xhtml?Param=PMGuanhães>; <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/dashboard/SICOM>; [guanhaes-mg.portatp.com.br/consultas/doumentos.aspx?](https://guanhaes-mg.portatp.com.br/consultas/doumentos.aspx?); <https://portalfns.saude.gov.br/consultas/>; <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada>;
- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Guanhães/2010;
- Elaboração dos cronogramas da auditoria;
- Envio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 224/2025, de 28 de maio de 2025, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Guanhães:

#### Componente Municipal de Auditoria:

1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
3. Organograma da SMS;
4. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;
5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros;
6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;
7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria;
8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.

#### Serviço de Controle, Regulação e Avaliação:

9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
10. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;
11. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
12. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
13. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra;
14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra;
15. Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra;
16. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra;
17. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra;
18. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



19. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;
20. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;
21. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);
22. Contratos de trabalho dos profissionais que autorizam as AIH e as APAC;
23. Espelhos de AIH das três últimas competências processadas;
24. Síntese de Produção de APAC das três últimas competências processadas;
25. Ato formal de nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Hospital Imaculada Conceição;
26. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Hospital Imaculada Conceição;
27. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Hospital Imaculada Conceição (atas, relatórios, planilhas e outros);
28. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função.

#### Fundo Municipal de Saúde:

29. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;
30. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2024 e 2025;
31. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2024 e 2025;
32. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
33. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);
34. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra;
35. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
36. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
37. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;
38. Contratos e/ou convênios vigentes formalizados com o prestador Hospital Imaculada Conceição;
39. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o prestador Hospital Imaculada Conceição;
40. Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o prestador de serviços hospitalares (Hospital Regional Imaculada Conceição) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).

#### Instrumentos de gestão:

41. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025 ao Conselho Municipal de Saúde (CMS);
42. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação do PMS;
43. Ato Legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação do PMS, pelo CMS;
44. Programação Anual de Saúde (PAS) 2025;
45. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento da Programação Anual de Saúde (PAS) 2025 ao CMS;
46. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação da PAS 2025;
47. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação da PAS 2025, pelo CMS;
48. Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2024;
49. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2024 ao CMS;
50. Atas de reuniões do CMS de apreciação do RAG 2024;
51. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc.) com parecer conclusivo sobre o RAG 2024 pelo CMS;
52. Três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2024/2025;
53. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS dos três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2024/2025;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- 54. Atas de reuniões do CMS de apreciação dos três últimos RDQAs;
- 55. Ofícios de encaminhamento dos três últimos RDQAs à Câmara de Vereadores;
- 56. Atas de reuniões da Câmara de Vereadores de apresentação dos três últimos RDQAs.

#### FASE OPERATIVA

A auditoria operativa foi realizada no período de 08 a 10/07/2025. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães às 08h30min do dia 08/07/2025. Foi realizada a reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 224/2025, de 28/05/2025 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como do Sr. J.A.R.C, Secretário de Saúde, da Sra. M.L.O.F, Coordenadora de Regulação, da Sra. M.B.A.L., Referência do Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e da Sra. S.B.C., Secretária Adjunta da Saúde.

As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS, bem como no Setor de Finanças da Prefeitura Municipal. Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de entrevistas com profissionais da SMS e do Setor de Finanças. A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sede da SMS, no dia 10/07/2025, às 14:00hs e contou com a presença da equipe de auditores, do Gestor de Saúde e da Secretária Adjunta da Saúde.

#### IV - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 706164

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência de Componente Municipal de Auditoria (CMA).

Evidência: Não existem documentos que demonstrem que um CMA foi devidamente formalizado em Guanhães, tais como: Organograma da SMS constando o CMA; ato legal de criação do CMA e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do CMA.

Em relação aos recursos físicos e materiais, verificou-se que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não possui espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta por computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, além de meio de transporte para execução das atividades de auditoria.

A SMS também não possui equipe multiprofissional para realizar as ações de auditoria, não existindo ato(s) de designação e/ou nomeação de profissionais auditores.

Além disso, não existem registros de ações de auditoria realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1 "q" e "r"; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; com o Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; com o Acórdão nº 1246/2017 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/06/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; com o Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: Termo de entrevista do Sr. J.A.R.C., Secretário Municipal de Saúde de Guanhães, de 09/07/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 80/2025, datado de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

Após a análise da constatação apresentada, foi elaborado o Decreto para a formalização legalmente do Componente Municipal de Auditoria do Município de Guanhães, onde foi elucidado o regulamento do mesmo considerando as leis vigentes.

Após a publicação do Decreto, foi publicado o Ato Formal para a designação dos profissionais auditores, oficializando assim a implementação do Componente no Município.

Para o início das atividades do CMA, foi programada uma reunião, agendada para o dia 04 (quatro) de novembro de 2025, com os integrantes nomeados para o planejamento da elaboração dos protocolos de atuação e o planejamento das ações.

Foram apresentados, em anexo:

a) A Planilha OKR - Monitoramento de Ações, que apresenta as estratégias para correção das não conformidades apontadas no relatório de auditoria. Ela possui registros relacionados a: objetivo, resultado-chave, avaliação, responsável (proprietário da ação), status, critério ou medida a ser tomada, meta, percentual de cumprimento da meta e prazo para execução da ação. As seguintes informações estão relacionadas a essa constatação:

**OBJETIVO:** Implementação Componente Municipal de Auditoria (CMA). **RESULTADO-CHAVE:** Decreto formalizando a implementação da CMA aprovado pelo jurídico, assinado pelo Prefeito Municipal e publicado. **PROPRIETÁRIO:** M.L. **STATUS:** Quase concluído. **META:** 100%. **CUMPRIMENTO:** 100%. **PRAZO:** 17/10/2025.

**OBJETIVO:** Nomeação em ato formal dos membros auditores. **RESULTADO-CHAVE:** Elaboração do Ato formal de Nomeação de cada membro auditor. **PROPRIETÁRIO:** J.A. **STATUS:** Quase concluído. **META:** 100%. **CUMPRIMENTO:** 100%. **PRAZO:** 17/10/2025.

**OBJETIVO:** Realização de reunião e definições de ações do Componente. **RESULTADO-CHAVE:** Reunião para elaboração de plano de ação e fluxo de atendimentos das demandas referenciadas ao componente. **PROPRIETÁRIO:** E. **STATUS:** Em progresso. **META:** 1. **CUMPRIMENTO:** 0. **PRAZO:** 04/11/2025.

b) Atos de designação:

- Da enfermeira E.M.E.P. para o cargo de coordenadora de auditoria, datado de 17/10/2025;
- Do médico C.O.S.M.F., da enfermeira T.S.M. e do enfermeiro G.G.P.M. para o cargo de auditor de saúde do Componente Municipal de Auditoria (CMA), datados de 17/10/2025.

c) O Cronograma de reunião - mensal, com reuniões do CMA previstas para 04/11, 10/11 e 07/12/2025.

- Em 03/11/2025, o Sr. J.A.R.C. enviou por e-mail o Decreto nº 5.152, de 29 de outubro de 2025, que institui o Componente Municipal de Auditoria e dispõe sobre sua regulamentação.

2. Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em relação à constatação apontada, manifesto que, de fato, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde, não foi identificado o funcionamento do Componente Municipal de Auditoria (CMA). Ressalto que tal ausência se deu por desconhecimento quanto à obrigatoriedade da existência e regular funcionamento deste componente.

Caso tivesse ciência da exigência legal da constituição e atuação do CMA, as providências necessárias para sua





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



regularização teriam sido imediatamente iniciadas, uma vez que reconheço que a inexistência do referido componente está em desacordo com a legislação vigente.

Dessa forma, esclareço que não houve intenção de omissão ou negligência, mas sim uma falha decorrente da ausência de informação técnica sobre tal exigência específica no período mencionado.

3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado apresentou o Decreto nº 5.152, de 29 de outubro de 2025, que institui o Componente Municipal de Auditoria e que possui, em anexo, o Regulamento desse Componente. Esse Regulamento trata das finalidades, das competências, da composição e do processo de trabalho do CMA, dentre outras informações.

O auditado também apresentou os atos de designação da coordenadora de auditoria e de três profissionais auditores, sendo eles médico e enfermeiros.

Por fim, o auditado relatou que foram agendadas reuniões com os integrantes do CMA, para elaboração do Plano de Ação e fluxo de atendimento de demandas e apresentou o cronograma das reuniões.

Diante dessa justificativa, verifica-se que o processo de implantação do Componente Municipal de Auditoria está em andamento, uma vez que já foram tomadas providências para correção da não conformidade. Entretanto, restou pendente a comprovação de ações complementares, àquelas já implementadas, as quais devem ser realizadas para comprovar a efetiva operação do CMA, tais como: Disponibilizar os recursos físicos e materiais necessários para execução das atividades de auditoria; elaborar e aprovar o Plano Anual de Auditoria; além de efetivamente realizar e registrar as ações de auditoria.

2. Em sua manifestação, a Sra. A.A.O.M. confirmou que não havia Componente Municipal de Auditoria em funcionamento durante o período em que esteve à frente da SMS. Informou que não houve intenção de omissão ou negligência, mas sim uma falha decorrente da ausência de informação técnica sobre tal exigência.

Avaliando-se as manifestações e os documentos apresentados pelo auditado, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Recomendação: 1. Observar as orientações do Instrutivo para implementação do Componente Municipal de Auditoria do SUS da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, disponível no Portal da Saúde MG: <https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Instrutivo-Implantacao-Auditoria-do-SUS-no-municipio.pdf>

2. Elaborar, comunicar e aprovar o Plano Anual de Auditoria (PAA), conforme previsto na Portaria GM/MS nº 4.644, de 28 de dezembro de 2022.

3. Disponibilizar os recursos físicos e materiais necessários para execução das atividades de auditoria: espaço de



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



trabalho definido, infraestrutura de informática composta por computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, além de meio de transporte.

4. Realizar ações de auditoria e registrá-las em Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros.

- conforme previsto na Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; na Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1 "q" e "r"; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; no Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; no Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; no Acórdão nº 1246/2017 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/06/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8 e no Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 706268

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: O município não implantou protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Não foram apresentados protocolos de regulação do acesso, nem documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação e divulgação desses protocolos, tanto para os servidores do SCRA, quanto para os profissionais das Unidades de Saúde.

Não existem documentos padronizados que contemplem critérios clínicos para classificação de risco/priorização de casos e gestão das filas de espera para acesso às consultas especializadas, aos exames e às cirurgias.

Em entrevista, o Gestor, Sr. J.A.R.C., e a Coordenadora de Regulação, Sra. M.L.O.F., confirmaram que a SMS não implantou protocolos de regulação do acesso.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; Resolução CIB-SUS/MG nº 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e com o Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;  
- Termo de entrevista do Sr. J.A.R.C., Secretário Municipal de Saúde de Guanhanes, de 09/07/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhanes) se manifestou da seguinte forma:

Após a análise da constatação apresentada, foi criado o Grupo Técnico de Regulação para discussão e planejamento do processo de implementação dos Protocolos de Acesso para o município de Guanhanes, de acordo com Ata de reunião anexada.

Esse processo de confecção dos protocolos de acesso será realizado em etapas:

-Elaboração de critérios clínicos e cronológicos provisórios, até a elaboração e implementação dos Protocolos de Acesso



seja findada;

-Etapa de elaboração, realizada pelo Grupo Técnico descrito acima, com um prazo para elaboração de todos os protocolos de exames, consultas, procedimentos e cirurgias em 06 (seis) meses;

-Etapa de revisão e validação pela Comissão Técnica de Regulação dos documentos realizados, com o prazo de revisão até dia 30 de abril de 2026;

-Etapa de implementação dos Protocolos nas unidades de saúde do município, com um prazo de 06 (seis) meses após a elaboração para entrega final.

Este prazo se faz necessário para ajustes no que for necessário nos protocolos, realizando reuniões periódicas com os representantes das unidades e a coordenação.

O auditado enviou a Planilha OKR - Monitoramento de Ações. Em relação a essa constatação, destacam-se as seguintes informações:

- OBJETIVO: Criar o Grupo Técnico de Regulação. RESULTADO-CHAVE: Reunião para nomeação dos membros do grupo para elaborações de protocolos de Regulação de Acesso e ato de Nomeação da Comissão Técnica de Regulação. PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: 16/10/2025.

- OBJETIVO: Atualização de método de Regulação. RESULTADO-CHAVE: Atualização do documento "PROTOCOLO - FLUXO DE REGULAÇÃO" definindo a utilização de critérios clínicos e cronológicos nas análises das demandas enviadas ao setor, até a implementação final dos Protocolos de Regulação de Acesso. PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Concluído. META: 1. CUMPRIMENTO: 1. PRAZO: 14/10/2025.

- OBJETIVO: Elaboração dos Protocolos de regulação de acesso para as demandas de consultas, exames, procedimentos e cirurgias. RESULTADO-CHAVE: Elaboração dos protocolos para todas as especialidades (100%) junto ao grupo de técnico de regulação. PROPRIETÁRIO: M. STATUS: Em progresso. META: 100%. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: 01/04/2026.

- OBJETIVO: Revisão e Validação pela Comissão Técnica de Regulação dos Protocolos elaborados. RESULTADO-CHAVE: Analisar as peças elaboradas pelo Grupo Técnico, realizar possíveis ajustes necessários. PROPRIETÁRIO: M. STATUS: Não iniciado. META: 100% CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: 30/04/2026.

- OBJETIVO: Implementar Protocolos de Regulação validados pela Comissão Técnica de Regulação. RESULTADO-CHAVE: Implementar nas unidades de saúde do município e divulgar para toda a população referenciada. PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Não iniciado. META: 100%. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: out/26.

Foi apresentado o Ato de designação de Comissão Técnica de Regulação para elaboração dos Protocolos de Regulação de Acesso dos Serviços de Saúde nº 03/2025, datado de 17/10/2025.

2- Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física), se manifestou da seguinte forma:

Em relação à constatação de ausência de implantação de protocolos de regulação de acesso, informo que, de fato, até o término da minha gestão, o município ainda não havia instituído documentos padronizados que contemplassem critérios clínicos para classificação de risco, priorização de casos e gestão das filas de espera para consultas especializadas, exames e cirurgias.

Contudo, ressalto que houve uma iniciativa inicial para a construção dessa estrutura. Em 03 de abril de 2025, em reunião realizada no município de João Monlevade, tive a oportunidade de conhecer o serviço de Linhas de Cuidado, que inclui um fluxo organizado de regulação. Na ocasião, a Coordenadora que me acompanhou não foi a M.L., mas diante do conteúdo apresentado, iniciamos tratativas para viabilizar uma visita técnica da referida servidora mais estruturada, prevista para



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



ocorrer entre meados e o final do mês de abril, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a experiência do município e viabilizar a possível adaptação e implantação do modelo em Guanhães.

Portanto, embora os protocolos ainda não estivessem formalmente implantados no período da auditoria, havia movimentação técnica e articulação institucional inicial visando à adoção de boas práticas de regulação de acesso, conforme previsto na legislação do SUS e nas diretrizes da Política Nacional de Regulação.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O auditado apresentou o Ato de designação de Comissão Técnica de Regulação para elaboração dos Protocolos de Regulação de Acesso dos Serviços de Saúde nº 03/2025, de 17/10/2025.

Informou que o processo de confecção dos protocolos de acesso será realizado em quatro etapas e citou os prazos para iniciar e finalizar as ações.

Verificou-se nos registros do status da Planilha OKR - Monitoramento de ações, que algumas ações propostas para correção dessa não conformidade foram concluídas, algumas não foram iniciadas e outras estão em progresso, com prazo para finalização em outubro de 2026. Por isso, conclui-se que o processo de adequação da não conformidade apontada encontra-se em andamento.

2- A Sra. A.A.O.M. informou que, de fato, até o término da sua gestão, o município não havia instituído documentos padronizados que contemplassem critérios clínicos para classificação de risco, priorização de casos e gestão das filas de espera para consultas especializadas, exames e cirurgias e ressaltou que houve uma iniciativa inicial para a construção dessa estrutura. Avaliando-se essa manifestação, verifica-se a confirmação por parte da Pessoa Física, Sra. A.A.O.M, da inexistência de protocolos de regulação de acesso implantados no município.

Por fim, analisando as justificativas e os documentos apresentados, considera-se que o município iniciou o processo de adequação da não conformidade apontada no relatório de auditoria, entretanto a mesma não foi sanada.

Avaliando-se a manifestação e a documentação apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Recomendação: 1) Executar as ações propostas na Planilha OKR - Monitoramento de Ações.

2) Implantar protocolo de regulação do acesso, bem como comprovar a divulgação e capacitação dos profissionais da rede em relação ao mesmo, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; Resolução CIB-SUS/MG nº 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

Constatação Nº: 706495

Subgrupo: Educação em Saúde

Item: Formação/desenvolvimento de RH voltada às necessidades do SUS

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: A SMS não apresentou cronogramas de capacitações que demonstrem o planejamento de ações de educação permanente. Também não apresentou documentos que comprovem que essas capacitações são realizadas de forma contínua, como: materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Essas capacitações deveriam ser voltadas para as equipes das diferentes unidades de saúde do município, como UBSs, hospitais, policlínicas, laboratórios, etc.. E deveriam ser sobre temas específicos do SCRA, como: organização e funções do SCRA; fluxos de acesso a consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas; funcionamento da rede de Urgência e Emergência; atualização e implantação de protocolos de regulação do acesso, etc.

Em entrevista, o Gestor, o Sr. J.A.R.C, e a Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, confirmaram que não existe capacitação permanente das equipes das Unidades de Saúde. Ocorreram reuniões pontuais, de acordo com a necessidade, porém as mesmas não foram registradas.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;  
- Termo de entrevista do Sr. J.A.R.C, Secretário Municipal de Saúde de Guanhanês, de 09/07/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício 80/2025, de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhanês) se manifestou da seguinte forma:

Após a análise da constatação apresentada, elaborou-se um cronograma de reuniões em conjunto com a Atenção Primária a Saúde, para a execução de reuniões mensais para abordarmos temas pertinentes as demandas atuais de cada mês, ou apresentação de ajustes no modelo de regulação.

Elaboramos um cronograma de reuniões para o ano de 2025 a partir do mês de outubro, que está em anexo.

No mês de outubro foi realizado uma reunião online, para reorganização do fluxo de Mamografias e USG de mamas. O assunto abordado nesta reunião foi as atualizações do Ministério da Saúde sobre a faixa etária da realização do exame de mamografia e ações de otimização do agendamento de exames para a campanha de Outubro Rosa.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Planejamento de reuniões com a APS do município, para alinhamento de fluxos e demandas. RESULTADO-CHAVE: Realizar 01 reunião mensal com a APS, de acordo com o cronograma de reuniões (100%). PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Em progresso. META: 4. CUMPRIMENTO: 1. PRAZO: dez/25.

Também foi apresentado o Cronograma de reunião - mensal, com a previsão de reuniões com as Equipes de Saúde da





Família, a partir de 04/10/2025.

2 - Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação da Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em relação à constatação apresentada, informo que, ao buscar informações sobre o SCRA - Sistema de Controle e Registro de Atividades, compreendi que se trata de uma ferramenta de apoio voltada ao registro e controle das atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde, podendo contribuir também como instrumento de monitoramento para fins de gestão e capacitação profissional.

Contudo, reconheço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde, desconhecia a existência e aplicabilidade prática do SCRA como componente formal da estrutura da secretaria. Assim, não houve, por parte da gestão, a implementação de ações específicas relacionadas à utilização do sistema para fins de capacitação permanente das equipes.

Reforço que não houve intenção de omissão, mas sim uma lacuna de conhecimento técnico sobre o referido sistema e sua obrigatoriedade, situação que, se identificada à época, teria sido incluída no planejamento de ações da secretaria, visando à melhoria contínua da qualificação dos profissionais e dos processos de trabalho.

3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. informou que elaborou um cronograma em conjunto com a Atenção Primária à Saúde, para a execução de reuniões mensais, para abordagem de temas pertinentes às demandas de cada mês, ou para apresentação de ajustes no modelo de regulação.

O auditado enviou esse cronograma, com a previsão de reuniões a partir do mês de outubro de 2025.

Contudo, não apresentou documentos que comprovam que essas capacitações foram realizadas, tais como: atas, materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros. Além disso, é importante destacar que a capacitação permanente em relação aos temas de controle, avaliação e regulação não deve ser restrita às equipes da Atenção Primária à Saúde, mas deve abranger os profissionais das diferentes unidades de saúde do município, como hospital, policlínica, laboratórios, etc.

Em relação a essa Constatação, na Planilha OKR - Monitoramento de Ações, verificou-se que o status registrado é que o processo encontra-se em progresso. Verificou-se, portanto, que a SMS iniciou o processo de adequação dessa não conformidade, mas a mesma ainda não foi sanada.

2- A Sra. A.A.O.M. informou que durante o período em que esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde, desconhecia a existência e aplicabilidade prática do SCRA, entendido por ela como Sistema de Controle e Registro de Atividades. Entretanto, cabe ressaltar que, no contexto deste Relatório, SCRA significa Serviço de Controle, Regulação e Avaliação.

Segundo a Sra. A.A.O.M., não houve intenção de omissão, mas sim uma lacuna de conhecimento técnico sobre o referido sistema e sua obrigatoriedade.

Por fim, avaliando-se a manifestação e a documentação apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

**Recomendação:** Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde (UBSs, hospitais, policlínicas, laboratórios, etc.), bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (atas, materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

**Grupo:** Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

**Constatação Nº:** 706271

**Subgrupo:** Educação em Saúde

**Item:** Implementação da Política Nacional de Educação Permanente

**Constatação:** As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

**Evidência:** A SMS não apresentou cronogramas de capacitações voltadas para os profissionais do Setor de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA). Também não apresentou documentos que comprovem que esses profissionais participam de capacitações contínuas, como materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros registros.

Esses treinamentos deveriam ser sobre temas específicos do SCRA, como: o que é e como funciona o SCRA, o papel de cada membro da equipe, as leis que sustentam o trabalho do SCRA, protocolos de regulação do acesso, etc.

Em entrevista, o Gestor de Saúde e a Coordenadora de Regulação confirmaram que não existe capacitação permanente das equipes de Regulação, Controle e Avaliação.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

**Fonte da Evidência:** - Termo de entrevista do Sr. J.A.R.C, Secretário Municipal de Saúde de Guanhanes, de 09/07/2025;  
- Termo de Entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1-Por meio do Ofício 80/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhanes) se manifestou da seguinte forma:

Após a análise da contatação apresentada, elaborou-se um cronograma de reuniões mensais para que toda a equipe seja atualizada sobre ações de regulação.

Ao realizar um diagnóstico da equipe, o principal ponto a ser abordado nas capacitações e reuniões foi o alinhamento e designação de função de cada um dos colaboradores do setor, durante a reunião de alinhamento no mês de setembro, reorganizamos as demandas e foi elaborado um organograma dos colaboradores com as suas novas respectivas funções. Disponibilizo organograma em anexo.

Outro ponto a ser capacitado com a equipe é a questões de fluxo de agendamento de acordo com os critérios clínicos e



cronológicos, após avaliação da médica reguladora.

Este ponto, foi abordado na mesma reunião citada acima, mas será novamente abordado nas próximas reuniões de capacitações, de acordo com o cronograma.

Com esses pontos apresentadas acima, viu-se a necessidade de buscar materiais de estudo sobre os processos de regulação e distribuí-los com os colaboradores do setor.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Reuniões mensais com a equipe de Regulação. RESULTADO-CHAVE: Realizar 01 reunião mensal com a Equipe de Regulação, de acordo com o cronograma de reuniões (100%). PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Em progresso. META: 4. CUMPRIMENTO: 2. PRAZO: dez/25.

- OBJETIVO: Distribuição de materiais para estudo sobre os processos de regulação. RESULTADO-CHAVE: Buscar junto a regional de saúde materiais para disponibilizar a equipe como material de estudo, como manuais, protocolos, para entendimento das normas gerais do processo de regulação. PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Não iniciado. META: 1. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: dez/25.

Também foi apresentado o Cronograma de reunião - mensal, com reuniões do Setor de Regulação a partir de 18/09/2025.

2- Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025 intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde, observei que o setor de Regulação, Controle e Avaliação apresentava, de fato, fragilidades no que se refere à capacitação contínua de suas equipes. Em conversa inicial com a Coordenadora M.L., foi possível constatar a necessidade de qualificação técnica, porém, identifiquei que seria necessário, inicialmente, reestruturar o setor no que diz respeito à composição de recursos humanos, bem como à definição clara de responsabilidades e fluxos internos. Somente após essa organização preliminar seria viável planejar e viabilizar ações de capacitação, tanto no âmbito municipal quanto externo, por meio de parcerias e participação em eventos técnicos. Contudo, devido ao curto período em que permaneci na gestão, não foi possível dar continuidade às tratativas iniciadas nem avançar na execução dessa proposta.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. informou que foi elaborado um cronograma de reuniões mensais para que toda a equipe seja atualizada sobre ações de regulação e mencionou os assuntos que serão tratados nas próximas capacitações.

Na Planilha OKR - Monitoramento de Ações, verificou-se que o processo de adequação dessa constatação encontra-se em progresso. Além disso, não foram apresentados documentos comprobatórios das capacitações realizadas, como atas, materiais didáticos, listas de presença ou certificados.

2- A Sra. A.A.O.M. informou que, o Setor de Regulação, Controle e Avaliação apresentava, de fato, fragilidades no que se refere à capacitação contínua de suas equipes, no período em que esteve à frente da SMS. Relatou que identificou que seria necessário, inicialmente, reestruturar o setor no que diz respeito à composição de recursos humanos, bem como à definição clara de responsabilidades e fluxos internos. Contudo, devido ao curto período em que permaneceu na gestão, não foi possível dar continuidade às tratativas iniciadas nem avançar na execução dessa proposta.

Verificou-se que, em sua manifestação, a Sra. A.A.O.M confirmou a constatação de inexistência de capacitação permanente das equipes de Regulação, Controle e Avaliação.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Avaliando-se as manifestações e a documentação apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

**Recomendação:** Garantir que os profissionais do Serviço de Controle Regulação e Avaliação sejam capacitados de forma permanente, bem como manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como: o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e os comprovantes da realização das mesmas (atas, materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 706432

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

**Evidência:** A Coordenadora de Regulação, Sra. M.L.O.F., informou que os serviços de referência para população de Guanhães, no próprio município, são: o Hospital Imaculada Conceição; o Centro de Especialidades (CMAES) e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Nordeste (CISCEN).

Informou que até março de 2025, as demandas de consultas e exames ficavam descentralizadas em cada Equipes de Saúde da Família (ESFs). Todo mês a SMS enviava um memorando com as vagas disponíveis e cada equipe selecionava os pacientes que seriam atendidos. Foram verificados Memorandos com a relação de encaminhamentos para serem enviados ao Setor de Controle e Avaliação, dos meses de janeiro a março de 2024 e de janeiro de 2025.

Relatou que em março de 2025 foi criada a Central de exames, para organizar as demandas reprimidas. As ESFs enviaram os pedidos físicos de exames e consultas para a SMS e dois servidores da SMS ficaram responsáveis por cadastrar esses pedidos em uma planilha no Drive. O médico regulador orientou a inserir nessa planilha somente os pedidos de até dois anos vindos dos especialistas e de um ano vindos dos clínicos. Os pedidos que estavam fora desse prazo foram devolvidos para ESFs para os pacientes passarem por uma avaliação da necessidade do encaminhamento. Atualmente, todas as novas solicitações que chegam na SMS também são inseridas no Drive.

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Protocolos de Demanda, com os pedidos de procedimentos enviadas pelas ESFs para a SMS, semanalmente.
- A Planilha do Drive chamada de Fila Regulação, com registro de pedidos de consulta para as especialidades de ortopedia



e cardiologia.

- Agendas de marcação dos seguintes procedimentos: consulta com cirurgião geral, urologista e otorrinolaringologista, risco cirúrgico, colonoscopia, endoscopia, videonasolaringoscopia e ultrassons, de março, abril e maio de 2025.

- Agendamentos, por ESF, de procedimentos diversos como ultrassons, exames laboratoriais, raio x e consultas com especialistas, a partir de maio de 2025.

Segundo a Coordenadora de Regulação, em abril de 2025, foi criado o documento: Protocolo - Fluxo de Encaminhamentos, que orienta as ESFs a classificarem os novos pedidos em três níveis de prioridade: Alta (P1), Média (P2) e Habitual (P3). A SMS agenda os pedidos novos classificados como P1. As vagas restantes são destinadas aos retornos ou aos pedidos mais antigos.

Esse Protocolo prevê que as ESFs façam a primeira classificação de prioridades e que, depois, os pedidos sejam regulados na SMS, por um médico regulador, de acordo com critérios estabelecidos. Segundo a Coordenadora, os médicos reguladores estão em processo de revisão das prioridades definidas pelas ESFs para os novos pedidos de exames e consultas e para classificação da prioridade dos pedidos antigos.

Entretanto, constatou-se que somente as demandas de ortopedia estão organizadas com essa classificação (P1, P2, P3 e retorno). Portanto, não há organização das filas de espera para todas as outras demandas de procedimentos oferecidos no município. Além disso, a classificação de prioridades realizada não está baseada em Protocolos de Regulação de Acesso, que possuam critérios clínicos de classificação de risco/priorização dos casos.

Por fim, constatou-se que na SMS não existem instrumentos de controle dos procedimentos oferecidos no Centro de Especialidades - CMAES, como agendas ou planilhas referentes à marcação e planilhas ou relatórios relacionados à execução dos procedimentos.

Tais fatos estão em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

**Fonte da Evidência:**

- Termo de entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;
- Memorandos com a relação de encaminhamentos para serem enviados ao Setor de Controle e Avaliação, dos meses de janeiro a março de 2024 e de janeiro de 2025;
- Protocolos de Demandas verificados in loco, e cópia dos Protocolos contendo as demandas enviadas pela ESF Alvorada à SMS de Guanhães, sem data;
- Protocolo: Fluxo de encaminhamento do Setor de Regulação, Controle e Avaliação, Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, sem data;
- Planilha de Excel - Fila Regulação;
- Agendas de marcação de consulta com cirurgião geral, urologista e otorrinolaringologista, risco cirúrgico, colonoscopia, endoscopia, videonasolaringoscopia e ultrassons, do período de março, abril e maio de 2025.
- Agendamentos, por ESF, a partir de maio de 2025, de procedimentos diversos como ultrassons, exames laboratoriais, raio x e consultas com especialistas.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 80/2025, datado de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

**Padronização e Aprimoramento das Planilhas de Filas de Espera:**

As planilhas de Excel existentes para a gestão de filas de espera serão revisadas e padronizadas para incluir novas colunas que permitam registrar critérios clínicos de classificação de risco/priorização para cada paciente. Isso permitirá que, além do "Nº NA FILA" e "DATA DO PEDIDO", a prioridade seja definida também por aspectos clínicos, como a gravidade do caso ou o tempo recomendado para o atendimento, conforme o protocolo de regulação de acesso a ser estabelecido.



Serão desenvolvidos protocolos claros para a atualização e o uso dessas planilhas, garantindo que as informações como "NOME DO PACIENTE", "DATA DE NASCIMENTO", "ESF" de origem e "SITUAÇÃO" (exemplo: "AGUARDANDO", "AGENDADO", "REALIZADO", "CANCELADO") sejam preenchidas de forma consistente e atualizada pelas equipes.

#### Otimização do Monitoramento das Demandas:

Utilizaremos recursos do Excel como filtros avançados, classificação de dados e tabelas dinâmicas para organizar e monitorar as demandas de forma mais eficiente. Isso permitirá uma visão clara do status da fila, identificando rapidamente quem está "AGUARDANDO", quem tem "DATA DA AGENDA" marcada e quais os "PRESTADORES" envolvidos.

A criação de abas ou planilhas auxiliares poderá consolidar informações sobre "RETORNO OU CONSULTA" e "MOTIVO DA FALTA", auxiliando na análise de gargalos e na otimização da gestão da fila.

#### Desenvolvimento de Instrumentos de Controle Específicos para o CMAES em Excel:

Para os procedimentos oferecidos no Centro de Especialidades (CMAES), serão desenvolvidas planilhas de Excel dedicadas que servirão como instrumentos de controle específicos.

Estas planilhas incluirão campos para o controle rigoroso de agendas de marcação, com detalhes de cada paciente, tipo de procedimento, "DATA DA AGENDA", "PRESTADOR" e "SITUAÇÃO".

Estas medidas, baseadas no aprimoramento e padronização do uso de nossas planilhas em Excel e em protocolos bem definidos, visam garantir que o controle do acesso seja baseado em critérios objetivos e transparentes, promovendo a equidade e a agilidade na resposta às necessidades de saúde da população.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Implementação das planilhas de Excel para controle da fila das demandas dos serviços de saúde do município de Guanhães. RESULTADO-CHAVE: Digitação de todas as demandas nas planilhas de Excel implementadas, em todas as especialidades atendidas pelo município. PROPRIETÁRIO: R. STATUS: Em progresso. META: 100%. CUMPRIMENTO: 45%. PRAZO: nov/25.

2. Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

No período em que exerci a função de Secretária Municipal de Saúde, constatei a inexistência de instrumentos efetivos de controle sobre os procedimentos ofertados no Centro Municipal de Atendimento Especializado em Saúde - CMAES, tais como agendas organizadas, planilhas de marcação e relatórios sistematizados relacionados à execução dos atendimentos.

Diante dessa realidade, iniciei a proposta de criação de um serviço estruturado de Central de Exames e Consultas Especializadas, com o objetivo de organizar e tornar transparente para a população os serviços efetivamente disponibilizados, os prestadores envolvidos, a demanda reprimida existente e os fluxos de acesso.

Como primeiro passo, foi implantada uma planilha operacional básica, vinculada à recém-estruturada Central de Exames, estendendo também ao Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) a responsabilidade de alimentar e atualizar as informações pertinentes. A intenção era, gradativamente, construir um sistema de controle mais robusto, com base nos dados coletados e na organização interna do setor.

Ressalto que tais ações foram iniciadas no contexto de uma gestão em fase de transição, marcada por reestruturações em diversos setores da secretaria. Ainda assim, busquei atuar de forma proativa e responsável, não sendo omissa diante dos problemas identificados, mesmo com as limitações impostas pelo curto período à frente da pasta.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### 3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O auditado informou que está tomando providências com o objetivo de garantir que o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território seja baseado em critérios objetivos e transparentes, tais como: Padronização e aprimoramento das planilhas de filas de espera e Otimização do monitoramento das demandas. Também informou sobre o desenvolvimento de instrumentos de controle específicos para os procedimentos oferecidos pelo CMAES, em Excel. Por fim relatou que serão criadas rotinas para a geração periódica de relatórios de execução diretamente dessas planilhas, para monitorar a produtividade, os tempos de espera e o cumprimento das agendas.

Na Planilha OKR - Monitoramento de Ações consta que a implementação das planilhas de Excel para controle da fila das demandas dos serviços de saúde do município de Guanhaes encontra-se em progresso e que o prazo para conclusão é novembro/2025.

2 - A Sra. A.A.O.M. informou que, em sua gestão, constatou a inexistência de instrumentos efetivos de controle sobre os procedimentos ofertados no município e iniciou a proposta de criação de um serviço estruturado de Central de Exames e Consultas Especializadas.

Diante das justificativas apresentadas, verifica-se que as iniciativas tomadas pelo auditado para correção da não conformidade são de grande relevância e devem ser continuadas. Entretanto, a irregularidade ainda não foi sanada.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Recomendação: 1. Executar o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j e na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

2. Elaborar e publicar protocolos de acesso para consultas especializadas e exames, contendo: critérios clínicos de prioridade (urgência, gravidade, risco), fluxos de encaminhamento e autorização e responsabilidade do médico regulador na validação da prioridade, baseando-se nas diretrizes da Política Nacional de Regulação e protocolos clínicos nacionais, conforme preconiza a Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1.j e Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

3. Realizar a gestão da Demanda Reprimida através de revisão e atualização de todas as listas de espera, eliminando registros obsoletos e inserindo dados de contato atualizados, incluindo a situação do agendamento (executado, cancelado e desistência) e comprovação de presença do paciente contendo data e hora da execução, visando transparência e redução do tempo de espera.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



4. Tornar obrigatória a validação das prioridades pelo médico regulador, conforme preconiza a Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.9º, Inciso III.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 706433

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: O Município de Guanhães encaminha seus munícipes para atendimento em outros municípios, sendo Itabira e Belo Horizonte os principais.

Segundo a Sra. M.B.A.L., Referência Técnica do Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), os próprios usuários comparecem no Setor de TFD com os documentos necessários para marcação dos procedimentos (pedidos de exame ou consulta, documentos pessoais e comprovantes de endereço). As funcionárias do setor cadastram todos os pedidos nos sistemas de informação utilizados pelos municípios de destino: SIGRAH e SIGREG do Setor de TFD de Belo Horizonte ou Sistema Vivver, do Setor de TFD de Itabira. Depois, aguardam a confirmação dos agendamentos realizados e comunicam aos pacientes.

Foram apresentados documentos que orientam quais procedimentos devem ser cadastrados em cada sistema: Especialidades agendadas via SIGRAH, SISREG BH e TFD SUS BH; Oncologias agendadas em Belo Horizonte (SIGRAH) e Itabira (Vivver).

A Sra. M.B.A.L. informou que as funcionárias do setor inserem nos sistemas as justificativas feitas pelos médicos solicitantes e a definição de quem será atendido ocorre nos municípios de destino. Portanto, constatou-se que na SMS não ocorre classificação das demandas com base em Protocolos de Regulação de Acesso, que possuam critérios clínicos de classificação de risco/priorização dos casos.

Ela também informou que foram elaboradas planilhas do Excel com todas as demandas de TFD desde 2020, com as datas de solicitação médica e de entrada no setor. Foram verificadas as referidas Planilhas com as demandas relacionadas a: oncologia; AIHs cadastradas na central de leitos e para serem enviadas para o TFD de Belo Horizonte, consultas especializadas, exames diversos e procedimentos de oftalmologia.

Não foram apresentados instrumentos utilizados pela SMS de Guanhães para controle da referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios, como: planilhas ou relatórios com os procedimentos realizados mensalmente ou Relatórios dos TFDs encaminhados; Planilhas de controle das quantidades de procedimentos utilizados em relação às vagas/cotas ofertadas pelos municípios de referência, dentre outros.

Tal fato está em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso IV.

Fonte da Evidência: - Termo de entrevista da Sra. M.B.A.L., Referência Técnica do Setor de TFD, de 09/07/2025;  
- Documentos orientadores da relação de procedimentos e formas de cadastro: Especialidades agendadas via SIGRAH (Solução Integrada de Gestão hospitalar, Ambulatorial e Regulação), SISREG BH (Sistema de Informação e Marcação de Consultas) e TFD SUS BH; Oncologias agendadas em Belo Horizonte - SIGRAH e Itabira - Vivver;  
- Planilhas com as demandas relacionadas a: oncologia; AIHs cadastradas na central de leitos e para serem enviadas para o TFD de Belo Horizonte, consultas especializadas, exames diversos e procedimentos de



oftalmologia.

**Conformidade: Não Conforme**

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 80/2025, datado de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

O Município de Guanhães reconhece a necessidade de aprimorar o controle dos encaminhamentos de pacientes para outros municípios referência. Atualmente, estão sendo implementadas estratégias de avaliação e melhoria do fluxo de referenciamento, com o objetivo de garantir maior rastreabilidade e eficiência no processo de regulação e transporte fora do domicílio (TFD), considerando as necessidades de saúde da população, a capacidade instalada do município, o atendimento e a qualidade dos serviços prestados pelos prestadores referenciados, assim como as oportunidades de solucionar vazios assistenciais.

Entre as ações em andamento, destacam-se:

- Discussão das grades de referências junto ao grupo técnico de regulação;
- Criação de instrumentos padronizados (planilhas) de controle e registro dos encaminhamentos;
- Capacitação das equipes responsáveis pelo TFD e regulação.

Cronogramas de prazos para a realização de cada ação estará presente na planilha OKR - Monitoramento de Ações, em anexo.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Implementação das planilhas de Excel para controle dos encaminhamentos de demandas dos municípios de Guanhães para Tratamento Fora Domicílio (TFD). RESULTADO-CHAVE: Digitação de todas as demandas nas planilhas de Excel implementadas, em todas as especialidades atendidas fora do município. PROPRIETÁRIO: W. STATUS: Em progresso. META: 100%. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: nov/25.

- OBJETIVO: Reuniões mensais com a equipe de TFD. RESULTADO-CHAVE: Realizar 01 reunião mensal com a Equipe de TFD, de acordo com o cronograma de reuniões (100%). PROPRIETÁRIO: W. STATUS: Em progresso. META: 4. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: dez/25.

- OBJETIVO: Elaboração das grades de referência junto ao grupo técnico de regulação. RESULTADO-CHAVE: Analisar os locais de referências, a resolutividade desses encaminhamentos de acordo com a necessidade apresentada pela população. PROPRIETÁRIO: W. STATUS: Em progresso. META: 100%. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: dez/25.

2. Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção às constatações apontadas pela Auditoria do Estado, apresento minha manifestação quanto às questões relacionadas ao setor de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, durante o período em que estive à frente da gestão.

No mês de fevereiro de 2025, durante a análise de procedimentos internos e em conversa com a então coordenadora V.P., foi identificada a ausência de instrumentos de controle sistemático utilizados pela SMS de Guanhães para monitoramento das referências de usuários encaminhados a outros municípios por meio do TFD. Tal lacuna comprometeu a organização e o acompanhamento adequado das demandas.

Diante dessa constatação, determinei, de forma imediata, a implantação de uma planilha em Excel para organizar e registrar todas as solicitações e encaminhamentos do TFD, visto que, naquele momento, o setor apresentava desorganização em sua estrutura de registros e controle. Ressalta-se que, por se tratar de um processo manual e retroativo, o lançamento das informações demandaria um tempo maior de execução.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Paralelamente, busquei apoio junto ao Secretário Municipal de Fazenda, Sr. R., no intuito de avaliarmos e viabilizarmos a implantação de um sistema informatizado mais eficaz, que proporcionasse maior praticidade, controle e geração de relatórios mensais, tanto dos procedimentos realizados quanto dos encaminhamentos efetuados. Essa iniciativa teve como objetivo fortalecer a gestão da informação e garantir maior transparência e eficiência ao setor.

Reitero meu compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e com a melhoria contínua dos processos administrativos, estando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

#### 3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. Em sua justificativa, o auditado reconheceu a necessidade de aprimorar o controle dos encaminhamentos de pacientes para outros municípios e informou as estratégias que estão sendo implementadas com este fim. A equipe de auditoria reconhece a importância das ações citadas para correção da não conformidade. Entretanto, verifica-se na Planilha OKR - Monitoramento de Ações apresentada, que o status do cumprimento dessas ações é 0%.

2. A Sra. A.A.O.M. informou que em sua gestão, implantou uma planilha em Excel para organizar e registrar todas as solicitações e encaminhamentos do TFD e idealizou a implantação de um sistema informatizado mais eficaz para controle dos procedimentos de TFD. Ressalta-se que durante a auditoria, foram verificadas as planilhas referidas que possuem as demandas de TFD desde 2020. Entretanto, outros aspectos foram considerados não conformes em relação ao controle da referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios e foram relatados na presente constatação.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Recomendação: Controlar a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios, incluindo a implantação de instrumentos para classificação de risco/priorização dos casos com base em Protocolos de Regulação de Acesso; controle dos procedimentos realizados (planilhas ou relatórios com os procedimentos realizados mensalmente ou Relatórios dos TFDs encaminhados) e controle dos procedimentos utilizados em relação às vagas/cotas ofertadas pelos municípios de referência, dentre outros, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso IV.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Regulação

Constatação N°: 706377

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não garante o acesso à população referenciada por outros municípios, pela



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Programação Pactuada e Integrada (PPI).

**Evidência:** Segundo a Coordenadora de Regulação, a SMS de Guanhães oferece exames laboratoriais e de raio-x eletivos realizados no Hospital Imaculada Conceição, para população referenciada pelos nove municípios da microrregião de Guanhães e para Divinolândia, pela PPI. Além de oferecer procedimentos no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Nordeste (CISCEN), para usuários de Rio Vermelho e Sabinópolis, pela PPI.

Foram verificadas tabelas com a programação dos valores financeiros anuais e mensais da PPI Ambulatorial, por município de origem, bem como a previsão dos valores destinados a exames laboratoriais, raio-x e ao CISCEN.

Também foram verificadas planilhas de controle dos valores financeiros utilizados, em relação aos tetos mensais da PPI Ambulatorial disponíveis para cada um dos municípios referenciados.

Entretanto, não foram apresentados documentos que comprovem que os procedimentos foram efetivamente realizados, tais como: Listas, planilhas ou relatórios com a relação de usuários atendidos mensalmente, por município de origem.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

**Fonte da Evidência:**

- Termo de entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;
- Relatório extraído do site da PPI Assistencial/MG, da competência 06/2025. Foco de pesquisa - Atendimento: Guanhães; Discriminar por: Gestão/Município de Origem;
- Tabelas com a programação dos valores anuais e mensais da PPI Ambulatorial, por município de origem, dos meses de março, abril e maio de 2025;
- Planilhas de controle dos valores utilizados por município, em relação aos tetos financeiros da PPI, dos meses de maio e junho de 2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 80/2025, datado de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

O Município de Guanhães realiza atualmente o monitoramento da Programação Pactuada Integrada (PPI) de forma manual, utilizando como parâmetro o extrato dos relatórios de produção assistencial, metas físicas e financeiras disponíveis no sistema de informação estadual.

Mensalmente essas análises são feitas e é elaborado um documento com o valor financeiro de cada município, que apresentam os seguintes dados:

- Uso do teto financeiro de todos os recursos alocados em Guanhães para os exames laboratoriais e radiológicos, os municípios que se organizam dessa forma são: Carmésia, Dom Joaquim, Dolores de Guanhães, Materlândia, Senhora do Porto e Virgínia.
- Uso do valor integral do grupo 02, subgrupos 0202 e 0204 descrito na PPI para exames radiológicos e laboratoriais, e os demais valores são somados e alocados como um teto para a utilização no Consórcio CISCEN, os municípios que se organizam dessa forma são: Guanhães, Rio Vermelho e Sabinópolis.

Reconhecendo a limitação do controle manual, estão em curso ações para aprimorar o acompanhamento da execução da PPI, incluindo:

- Reunião com Componente Municipal de Auditoria para delineamento de plano de ação para melhoria do atendimento e monitoramento de serviços prestados a pacientes referenciados por outros municípios;
- Elaboração de planilhas de consolidação e análise dos atendimentos realizados;
- Fortalecimento da articulação com os municípios referenciados;
- Avaliação de ferramentas informatizadas para o registro e acompanhamento das metas assistenciais e financeiras;
- Revisão periódica dos dados junto às coordenações de regulação e planejamento.



Cronogramas de prazos para a realização de cada ação estará presente na planilha OKR - Monitoramento de Ações, em anexo.

Foi implementado no município o fluxograma para o atendimento a Microrregião de Guanhães no Programa de Saúde Ocular (Miguilin) proposto pelo Governo do Estado. Este fluxograma foi apresentado em reunião de CIB/Microrregional e o setor já está realizando os agendamentos dos pacientes referenciados, tendo o controle a partir das planilhas de Excel, já mencionada.

Em conjunto com a referência T. da GRS de Itabira, estamos fazendo um estudo para a elaboração do fluxograma para o atendimento as microrregiões referenciadas na Tipologia II de Saúde Ocular, presentes na PPI e Resolução Estadual, com prazo de entrega para dezembro de 2025.

Realizado também pelo setor, a apresentação aos Secretários Municipais inseridos em nossa microrregião um documento que orienta o acesso as consultas pré e pós operatórias realizadas no território, pelo Hospital Imaculada Conceição.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Programação de reunião e definições de ações em conjunto com o Componente. RESULTADO-CHAVE: Reunião para delineamento de plano de ação para melhoria do atendimento e monitoramento de serviços prestados a pacientes referenciados por outros municípios. PROPRIETÁRIO: E. STATUS: Em progresso. META: 1. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: 10/11/2025.

- OBJETIVO: Reunião para fortalecimento dos fluxos existentes com os municípios referenciados. RESULTADO-CHAVE: Reunião para apresentação as referências técnicas de cada município referenciado ao Município de Guanhães. PROPRIETÁRIO: T. STATUS: Não iniciado. META: 100%. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: dez/25.

- OBJETIVO: Iniciar os agendamentos dos atendimentos do Programa Miguilin a população referenciada pela Resolução Estadual. RESULTADO-CHAVE: Cumprimento do Fluxograma e envio aos municípios da microrregião de Guanhães; Agendamento das consultas e concessões de olhos; PROPRIETÁRIO: V. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: Contínuo, junto ao Programa Estadual.

- OBJETIVO: Criar protocolos de acesso para população referenciada pela PPI de Saúde Ocular. RESULTADO-CHAVE: Criar protocolos de atendimentos em Saúde Ocular, de acordo com a PPI e resolução estadual. PROPRIETÁRIO: T. STATUS: Em progresso. META: 100%. CUMPRIMENTO: 20%. PRAZO: dez/25.

- OBJETIVO: Criar protocolos de acesso para população referenciada para consultas pré e pós operatórias e cirurgias. RESULTADO-CHAVE: Criar protocolos de atendimentos em consultas pré e pós operatórias e cirurgias (100%). PROPRIETÁRIO: G. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: 02/10/25.

2. Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à referida constatação, que aponta a ausência de documentos comprobatórios dos atendimentos realizados aos usuários referenciados por outros municípios, no âmbito da Programação Pactuada e Integrada (PPI), esclareço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, compreendia que o papel da regulação da PPI se restringia à análise e acompanhamento dos seguintes instrumentos:

- Relatórios extraídos do sistema PPI Assistencial/MG;
- Tabelas com a programação anual e mensal da PPI Ambulatorial por município de origem;
- Planilhas de controle financeiro relacionadas à utilização dos tetos pactuados entre os entes federativos.

Dessa forma, não era de meu conhecimento que seria necessário, além dos documentos citados, manter registros





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



específicos e formais que comprovassem, mensalmente, os atendimentos efetivamente realizados, como listas nominais de usuários, planilhas ou relatórios com a relação de pacientes atendidos por município de origem.

Reconheço, com base na constatação apontada pela auditoria, a importância de tais documentos para a adequada comprovação da execução dos serviços referenciados e, consequentemente, para maior transparência e controle dos recursos envolvidos na PPI.

Saliento que, caso houvesse sido devidamente informada da exigência desses registros complementares, teria providenciado, de imediato, a implantação de mecanismos adequados para garantir esse acompanhamento de forma sistemática, em conjunto com a equipe técnica da regulação.

3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado informou que estão em andamento as ações para aprimorar o acompanhamento da população referenciada por outros municípios pela PPI, incluindo ações para acompanhamento dos atendimentos efetivamente prestados. Apresentou, em anexo, a Planilha OKR - Monitoramento de Ações com o detalhamento dessas ações e dos prazos para execução.

2- A Sra. A.A.O.M. informou que durante o período em que esteve à frente da SMS de Guanhães não era de seu conhecimento que seria necessário manter registros específicos dos atendimentos efetivamente realizados para população referenciada.

A equipe de auditoria reconhece a importância das providências tomadas pelo auditado para correção da não conformidade e recomenda que as mesmas sejam continuadas. Entretanto, salienta que não foram apresentados documentos comprobatórios de que a não conformidade foi sanada.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Recomendação: Garantir o acesso à população referenciada por outros municípios, pela PPI e manter registros dos documentos que comprovem que os procedimentos foram efetivamente realizados, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e na Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 706309

Subgrupo: Controle e Avaliação





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Verificou-se, nos Relatórios de Remanejamentos extraídos do Sistema GERASUS-SES/MG, que não houve remanejamento da PPI Municipal por parte do Município de Guanhães, no período de abrangência da auditoria.

Além disso, a SMS não apresentou documentos técnicos relacionados à revisão da PPI Municipal, tais como: atas de reuniões ou relatórios, que comprovem a avaliação dos pactos assistenciais atuais, realizada com base em critérios epidemiológicos, históricos, econômicos (incluindo a análise de produção), assim como na abertura e no fechamento de serviços ou no estabelecimento de novos contratos ou convênios.

Verificou-se, por exemplo, que existem pactuações de Guanhães para realização de procedimentos eletivos cirúrgicos em Municípios como Alfenas e Serro, para os quais a SMS não encaminhou usuários no período auditado.

Ressalta-se que, em relação à revisão da PPI, ocorreu apenas o incremento do teto financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Hospital Regional Imaculada Conceição de Guanhães, para realização de procedimentos relacionados à saúde ocular, que foi pactuada pelos municípios da microrregião de Guanhães em reunião da CIB Micro.

Tais fatos estão em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Fonte da Evidência: - Relatórios de Remanejamentos, extraídos do Sistema GERASUS-SES/MG, do período de 01/01/2024 a 30/12/2024 e de 01/01 a 08/05/2025;

- Termo de entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;

- Termo de entrevista da Sra. M.B.A.L., Referência Técnica do Setor de TFD, de 09/07/2025;

- Ata da 58ª reunião ordinária da CIB micro conjunta de Itabira, Guanhães e João Monlevade, de 30/01/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício nº 80/2025, datado de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma: Atualmente a revisão da PPI é um processo dinâmico e ocorre de acordo com as solicitações dos municípios de referências, através do sistema GERASUS.

Houve alteração da referência municipal de PPI, em razão disso, no dia 13 de outubro de 2025, foi solicitado o acesso ao sistema GERASUS para a colaboradora T.S.M., por meio do Ofício Nº 72/2025, direcionado à Diretoria de Programação Pactuada Integrada. Consta que a alteração e o acesso ao sistema da referida colaboradora já foi efetuado.

O município de Guanhães compreende a importância da revisão periódica e reconhece a importância de tal ação, e através da referência acima mencionada está em processo do estudo dos dados e em conjunto com a Coordenação de Regulação possui reunião agendada para o dia 15 de dezembro de 2025, onde será realizada as análises dos dados levantados e ações para melhorias no acesso aos serviços de saúde da população própria e referenciada.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Alteração da Referência do Sistema GERASUS. RESULTADO-CHAVE: Solicitação formal a Diretoria de Pactuação Programada Integrada troca e acesso da referência do GERASUS. Assegurar o novo acesso a colaboradora T., referência de PPI. PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: out/25.

- OBJETIVO: Reunião para apresentar estudo de dados da PPI. RESULTADO-CHAVE: Apresentar dos dados retirados da PPI, com a análise de possíveis mudanças e alocação dos recursos do Município de Guanhães com a finalidade de melhoria do acesso a população própria e referenciada. PROPRIETÁRIO: T. STATUS: Não iniciado. META: 100%. CUMPRIMENTO: 0. PRAZO: 15/12/2025.



Também foi apresentado o Cronograma de reunião - mensal, com reunião de planejamento da PPI agendada para 15/12/2025.

2. Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, referente à ausência de participação da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães na elaboração e revisão periódica da Programação Pactuada e Integrada (PPI), esclareço que, tão logo assumi a gestão da SMS em 02/01/2025, esse ponto chamou minha atenção e gerou grande preocupação.

Tomei conhecimento de que o município se encontrava, há algum tempo, sem apresentar prestação de contas formalizada por meio de relatórios quadrimestrais aos demais entes envolvidos, em especial no que se refere às demandas de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e do Setor de Regulação.

Diante dessa situação, adotei medidas iniciais com o objetivo de reorganizar a comunicação e iniciar um processo de revisão e remanejamento da PPI Municipal.

Para isso, criei um grupo de trabalho via aplicativo WhatsApp com os Secretários de Saúde, diretamente envolvidos no tema e convoquei uma reunião presencial em 19/02/2025, onde foi apresentado o relatório do período de janeiro a dezembro/2024, e após esta apresentação foi alinhado que o município de Guanhães realizaria, de forma prioritária, a revisão da PPI, além da análise dos serviços disponíveis em outros municípios que, até então, não vinham sendo devidamente utilizados.

Contudo, destaco que, no curto período de gestão, não foi possível concluir esse processo, tendo em vista as inúmeras pendências encontradas, especialmente no Setor de Regulação e no TFD, que demandaram esforços imediatos para estruturação, organização de fluxos e regularização de dados e registros básicos.

Reforço que, mesmo com o tempo limitado, foram iniciadas ações concretas voltadas à reorganização da rede de atendimentos pactuados, visando garantir, futuramente, maior eficiência no uso dos recursos da PPI e melhor acesso aos usuários do SUS.

3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado informou sobre a alteração da referência municipal da PPI e sobre a solicitação de acesso da mesma ao Sistema GERASUS. Relatou que está em andamento o estudo dos dados da PPI e que será realizada uma reunião dia 15/12/2025 para discussão das informações, com o objetivo de melhorar o acesso aos serviços de saúde para a população própria e referenciada.

A equipe de auditoria reconhece que essas medidas são de grande importância e recomenda que as mesmas sejam colocadas em prática. Entretanto, salienta que não foram apresentados documentos comprobatórios de que a irregularidade foi sanada.

2. A Sra. A.A.O.M. reconheceu a ocorrência da não conformidade e informou que adotou medidas com o objetivo de iniciar um processo de revisão e remanejamento da PPI Municipal. Contudo, não foi possível concluir esse processo, tendo em vista as outras pendências encontradas, especialmente no Setor de Regulação e no TFD, que demandaram esforços imediatos.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Recomendação: Participar da elaboração e revisão periódica da PPI, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso X e no Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 706496

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: A profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Verificou-se que o médico C.O.S.M.F., que apresenta o Cartão Nacional de Saúde (CNS) número \*\*\*409963028\*\*\*, consta como autorizador de AIHs, nos espelhos de AIH referentes a internações ocorridas no Município de Guanhanês, do período de março, abril e maio de 2025. O profissional é servidor efetivo do Município, conforme o registro no Termo de Posse, de 31/03/08, referente à sua aprovação em Concurso Público para a vaga de Médico Auditor.

A Divisão de Controle e Avaliação da SMS de Guanhanês solicitou à SRS de Itabira o cancelamento do Médico C.O.S.M.F como autorizador de AIH, por meio do e-mail e do Ofício nº 043/2025, de 26/05/2025. Em resposta, o Setor do SUSfácil da SRS de Itabira informou a SMS de Guanhanês a desativação do médico C.O.S.M.F como Autorizador de AIH, por meio do e-mail em 26/05/2025.

Em entrevista, a Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, informou que atualmente a Sra. M.A.L., médica, é a Autorizadora de AIH do Município. A profissional possui vínculo com o Setor de Regulação da SMS, por meio do Contrato nº 257/2024, de 11/01/2025. Foram apresentados o Diploma da médica, emitido pela Universidade de Iguazu-UNIG, em 28/06/2008, e a Cópia do Registro no CRM/MG nº \*\*6\*\*, de 18/01/2019.

A SMS de Guanhanês solicitou ao SUSfácil/MG da SRS de Itabira o acesso da médica M.A.L. como Autorizadora de AIH, através de e-mail, com o Ofício nº 012/2025, de 12/03/2025 e da assinatura do Termo de Confidencialidade do SUSfácil/MG, em 14/03/2025. Em 14/03/2025, foi concedido tal acesso, sendo liberada o login e senha de acesso para a Sra. M.A.L.

Também foi entregue o Relatório do SIHD-SAUDE/Ministério da Saúde, de 10/07/2025, referente a atualização da Dra. M.L.A. como atual autorizadora de AIH do Município de Guanhanês. Contudo, segundo informação da Coordenadora de Regulação, não existe designação formal da Sra. M.L.A. para a função.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fonte da Evidência:**

- Termo de Entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;
- Termo de Posse, de 31/03/08, referente a aprovação do médico C.O.S.M.F. em Concurso Público para a vaga de Médico Auditor;
- Cópia de Contrato, de nº 257/2024, de 11/01/2025, que formaliza a contratação da médica M.A.L.;
- Diploma de médica, da Dra. M.A.L., emitido pela Universidade de Iguazu-UNIG, de 28/06/2008, ;
- Cópia do Registro no CRM/MG da Dra. M.A.L., nº \*\*6\*\*, de 18/01/2019;
- Cópia de espelhos de AIH de internações ocorridas no município de Guanhães, dos meses de março, abril e maio de 2025;
- Cópia de e-mail enviado pela Divisão de Controle e Avaliação da SMS de Guanhães para a SRS de Itabira, em 26/05/2025;
- Ofício nº 043/2025, com a solicitação de cancelamento do médico C.O.S.M.F. como autorizador de AIH no SUSFácil, de 26/05/2025;
- Termo de Confidencialidade do SUSFácil/MG da médica M.A.L. como autorizadora de AIH, de 14/03/2025;
- E-mail de 26/05/2025, do setor do SUSFácil, que informa desativação do médico C.O.S.M.F. como autorizador de AIH;
- Relatório do SIHD-SAUDE/Ministério da Saúde, de 10/07/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

O setor de regulação no momento em que nomeou a colaboradora M.A.L. como autorizadora das AIH do município não entendeu como necessário um ato de nomeação formal, pois havia sido confeccionado Ofício Nº12/2025 solicitando o acesso ao sistema SUS Fácil, entendendo que apenas isso seria suficiente.

Mas a fim de realizar a adequação da diligência apresentada, o Secretário Municipal de Saúde no dia 17 de outubro de 2025, registrou o Ato Formal de Nomeação da médica citada acima a designando como responsável técnica pelas autorizações de AIH do município de Guanhães, em anexo.

Em tempo, após estudos dos documentos citados no texto da diligência, a coordenação de regulação não conseguiu identificar qual requisito a colaboradora designada não cumpre para o cargo, deste modo peço que a presente auditoria aponte, para que possamos realizar as adequações.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Solicitação de acesso a médica M. ao sistema SUS Fácil. RESULTADO-CHAVE: Confeção de Ofício solicitando acesso a médica autorizadora de cirurgias ao sistema SUS Fácil. Assegurar o acesso ao sistema da colaboradora referida. PROPRIETÁRIO: M.L. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: mar/25.

- OBJETIVO: Nomeação em ato formal da Autorizadora das AIH. RESULTADO-CHAVE: Elaboração do Ato formal de Nomeação da Autorizada das AIH, colaboradora M. PROPRIETÁRIO: J.A. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: 17/10/2025.

Foi encaminhado o Ato de designação de Responsabilidade Técnica para Autorização de AIH, para o Município de Guanhães em nome da Sra. M.A.L., assinado digitalmente pelo Secretário Municipal de Saúde em 17/10/2025.

2- Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025 intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Referente ao descumprimento dos pré-requisitos legais por parte do profissional responsável pela autorização das AIHs



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



(Autorização de Internação Hospitalar), esclareço que, no mês de março de 2025, tomei ciência de que o médico Dr. C. não poderia continuar exercendo a função de autorizador e auditor das AIHs, uma vez que possuía vínculo com o hospital prestador de serviços ao município, o que configura conflito de interesse, conforme as normativas do SUS.

A partir dessa informação, entrei imediatamente em contato com o Diretor da GRS Itabira, Sr. M.M., o qual prestou todas as orientações técnicas e legais necessárias para a regularização da situação.

Ressalto que, até então, eu desconhecia essa vedação específica e, tão logo fui informada, iniciei os procedimentos corretivos. Comuniquei a Coordenadora M.L., responsável pelas atividades do setor, e expus a necessidade de alteração do profissional responsável pelas autorizações.

Iniciamos, então, os trâmites para encontrar um novo profissional habilitado e sem impedimentos legais, ao mesmo tempo em que mantivemos contato com a referência técnica da Regulação da GRS Itabira, buscando garantir que todas as exigências normativas fossem atendidas.

Por fim reforçou que, ainda durante sua gestão, os primeiros passos foram dados no sentido de sanar a irregularidade identificada, demonstrando o compromisso com o cumprimento das normativas do SUS e a transparência na gestão pública.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. informou que no dia 17 de outubro de 2025, registrou o Ato Formal de Nomeação da médica M.A.L. como responsável técnica pelas autorizações de AIH do Município de Guanhaes e encaminhou em anexo tal documento.

O auditado relatou que não conseguiu identificar qual requisito a colaboradora designada não cumpre para o cargo de autorizadora e solicitou que a auditoria informasse de qual requisito se tratava. A equipe de auditoria esclarece que a não conformidade em questão se referia à inexistência de designação formal da Sra. M.L.A. para a função de autorizadora. De acordo com a documentação apresentada, essa irregularidade foi sanada.

2- A Sra. A.A.O.M. informou que a profissional que autorizava as AIHs não cumpria os pré requisitos previstos nas normativas do SUS, uma vez que possuía vínculo com o hospital prestador de serviços ao município, o que configura conflito de interesse e, a partir de então, tomou providências resolver essa não conformidade. Reforçou que durante sua gestão, os primeiros passos foram dados no sentido de sanar a irregularidade identificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação e a documentação apresentadas pelo auditado, as justificativas foram acatadas, sendo suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 706178

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

**Evidência:** O Município de Guanhães emitiu Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais (APAC) para realização de procedimentos relacionados à oftalmologia, pelo Hospital Regional Imaculada Conceição, no período de abrangência da auditoria.

Essas APACs foram autorizadas pelo Sr. C.O.S.M.F., médico, CRM nº \*\*. 649/MG, CNS \*\*\*.409.963.028.\*\*\*, ocupante do cargo efetivo de médico auditor, desde 31/03/2008. Entretanto, constatou-se que esse profissional não é formalmente designado para autorização de APAC.

Segundo a Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, atualmente, a profissional responsável pela autorização de APAC é a Sra. M.A.L., médica, CRM nº \*\*. 649/MG. Contudo, não foram apresentadas APACs autorizadas por essa profissional e não existe ato formal de nomeação da mesma para a função de autorizadora de APAC.

Tais fatos estão em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, de março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

**Fonte da Evidência:**

- Síntese da produção do APAC, de março e abril de 2025. Estabelecimento executor: 2144530 - Hospital Regional Imaculada Conceição;
- Diploma de médico, Sr. C.O.S.M.F., emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 04/07/1988;
- Cédula de Identidade de Médico, do Sr. C.O.S.M.F., do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais - CRM \*\*. 193/MG;
- Termo de Posse do Sr. C.O.S.M.F para o cargo de médico auditor da Prefeitura Municipal de Guanhães, de 31/03/2008;
- Termo de entrevista da Sra. M.L.O.F., Coordenadora de Regulação, de 09/07/2025;
- Diploma de médica da Sra. M.A.L., emitido pela Universidade Iguaçu, em 28/06/2018;
- Cédula de Identidade de Médico, da Sra. M.A.L., no Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais - CRM \*\*. 649/MG;
- Contrato Administrativo nº 257 de 11/01/2025, da Sra. M.A.L. para a função de médica da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, com vigência de 11/02 a 31/12/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 80/2025, datado de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma: Afim de realizar a adequação da diligência apresentada, o Secretário Municipal de Saúde no dia 17 de outubro de 2025, registrou o Ato Formal de Nomeação da médica citada acima a designando como responsável técnica pelas autorizações de APAC do município de Guanhães, em anexo.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- OBJETIVO: Nomeação em ato formal da Autorizadora das APAC. RESULTADO-CHAVE: Elaboração do Ato formal de Nomeação da Autorizada das APAC, colaboradora M. PROPRIETÁRIO: J.A. STATUS: Concluído. META: 100%. CUMPRIMENTO: 100%. PRAZO: 17/10/2025.

Foi encaminhado o Ato de designação da médica M.A.L., CRM-MG Nº \*\*. 649, como responsável técnica pela Autorizações de APAC dos Serviços de Saúde da SMS de Guanhães, datado de 17/10/2025.

2. Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025, intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Considerando que, aponta a inexistência de um profissional de nível superior da área da saúde formalmente designado para a autorização de APAC (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade), esclareço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tive conhecimento da exigência de designação formal e específica para essa função.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Ressalto que essa demanda, por se tratar de uma atividade técnica e interna do Setor de Regulação, não chegou a ser formalmente apresentada à gestão para avaliação ou deliberação. Em razão disso, não houve, no período em questão, intervenção direta ou medida corretiva por minha parte.

Todavia, reconheço a importância do cumprimento das normativas vigentes do SUS que exigem a atuação de profissional habilitado e designado de forma oficial para a autorização das APACs, de modo a assegurar a legalidade, rastreabilidade e regularidade dos procedimentos de média e alta complexidade.

Reitero meu compromisso com a gestão responsável e transparente dos serviços públicos.

3. A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1. O auditado apresentou o Ato de designação da médica M.A.L. como responsável técnica pela Autorizações de APAC dos Serviços de Saúde da SMS de Guanhães, datado de 17/10/2025, o que comprova que a irregularidade foi sanada.

2. A Sra. A.A.O.M. reconheceu a ocorrência da não conformidade e informou que, durante o período em que esteve à frente da SMS de Guanhães, não teve conhecimento da exigência de designação formal do autorizador de APAC.

Avaliando-se a manifestação e a documentação apresentada pelo auditado, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 706498

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não foi devidamente formalizada.

Evidência: Verificou-se que não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) do Hospital Imaculada Conceição, legalmente instituída e formalizada.

O Contrato nº 01/2025 celebrado entre o Município de Guanhães e o Hospital Imaculada Conceição, em sua Cláusula Quarta (Do Acompanhamento, Controle e Avaliação do Contrato), prevê a constituição dessa Comissão, que deverá ser composta por: 2 (dois) membros da SMS, 2 (dois) membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS), 2 (dois) membros do prestador e 1 (um) membro representante da microrregião de saúde, todos com seus respectivos suplentes. A coordenação dos trabalhos estará sob a responsabilidade SMS.

Em entrevista, o Secretário Municipal de Saúde, Sr. J.A.R.C. e a Coordenadora de Regulação, Sra. M.L.O.F., confirmaram que não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Hospital Imaculada Conceição.

Foi entregue cópia do Ofício nº 28/2025, de 09/07/2025, que solicitou à Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Sra. S.B.C., a indicação de 02 representantes para compor a Comissão. Esse pleito deveria ser avaliado na



reunião do CMS, programada para o dia 14/07/2025.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput e § 2º.

**Fonte da Evidência:**

- Termo de entrevista do Sr. J.A.R.C., Secretário Municipal de Saúde de Guanhães, de 09/07/2025;
- Termo de Entrevista da Coordenadora de Regulação, Sra. M.L.O.F, de 09/07/2025;
- Contrato nº 01 /2025 celebrado entre o Município de Guanhães e o Hospital Imaculada Conceição, em 28/02/2025;
- Ofício nº 28/2025, de 09/07/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- O Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães), por meio do Ofício 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025 manifestou-se da seguinte forma:

No mês de julho de 2025 os membros da comissão foram designados e apresentados ao conselho, no qual emitiu a Resolução nº 04, de 16 de julho de 2025 nomeando todos os membros, em anexo.

Após a análise da constatação apresentada, foi elaborado o Decreto para a formalização legalmente da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referentes ao Termo de Contratualização Nº 01/2025, onde foi elucidado o papel de cada membro.

Para o início das atividades da CAC, foi programada uma reunião, agendada para o dia 17 de novembro de 2025, com os integrantes nomeados para analisar os dados apresentados para analisar de acordo com as metas estabelecidas na contratualização.

Foi apresentada a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, contendo as seguintes informações sobre essa constatação:

- **OBJETIVO:** Implementação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC). **RESULTADO-CHAVE:** Decreto formalizando a implementação da CAC aprovado pelo jurídico, assinado pelo Prefeito Municipal e publicado. **PROPRIETÁRIO:** M.L. **STATUS:** Quase concluído. **META:** 100%. **CUMPRIMENTO:** 0. **PRAZO:** 17/10/2025.

- **OBJETIVO:** Nomeação dos membros da CAC aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Guanhães. **RESULTADO-CHAVE:** Ato formal emitido pelo Conselho Municipal de Saúde onde consta os membros titulares e suplentes da CAC. **PROPRIETÁRIO:** S. **STATUS:** Concluído. **META:** 100%. **CUMPRIMENTO:** 100%. **PRAZO:** 16/05/2025.

- **OBJETIVO:** Reunião com os membros da CAC para analisar as metas pactuadas na Contratualização. **RESULTADO-CHAVE:** Reunião para analisar as metas pactuadas na Contratualização, de acordo com o Cronograma de reuniões de forma quadrimestral. **PROPRIETÁRIO:** M.L. **STATUS:** Em progresso. **META:** 100%. **CUMPRIMENTO:** 0.

Também foi apresentado o Cronograma de reunião - mensal, com reuniões da CAC agendadas para 17/11/2025 e 20/04/2025.

- Foi encaminhada a Resolução nº 04 aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde em 16/07/2025, que nomeia a constituição da Comissão de Avaliação da Contratualização, com os respectivos membros e suas instituições representativas.

- Em 03/11/2025, o Sr. J.A.R.C. enviou por e-mail o Decreto nº 5.151, de 29 de outubro de 2025, que institui a Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC), no âmbito da SMS de Guanhães.

2 - Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025 intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Sra. A.A.O.M. (pessoa física), se manifestou da seguinte forma:

Referente à ausência de formalização da Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) no contrato nº 01/2025 celebrado entre o Município de Guanhães e o Hospital Imaculada Conceição, esclareço que, de fato, essa questão passou despercebida por mim enquanto gestora. Na ocasião da elaboração do referido contrato, participaram ativamente a ex coordenadora V.P. e a servidora M.L., que havia recém assumido a função de coordenação. A ausência da formalização da CAC não foi identificada ou sinalizada durante esse processo, o que resultou na sua não inclusão no instrumento contratual. Apesar disso, reconheço a importância da Comissão de Acompanhamento da Contratualização como instância fundamental para garantir o monitoramento, avaliação e transparência na execução dos contratos celebrados com entidades prestadoras de serviços de saúde, conforme orientações das normativas do SUS. Caso essa omissão tivesse sido identificada no período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde, teria tomado as providências cabíveis para a regularização e formalização da CAC, com a designação de seus membros e definição das atribuições de acompanhamento.

3 - A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. informou que no mês de julho de 2025 os membros da comissão foram designados e apresentados ao Conselho Municipal de Saúde, o qual emitiu a Resolução nº 04, de 16 de julho de 2025 nomeando todos os membros (encaminhada em anexo).

Também informou que foi elaborado o Decreto para a formalização legal da Comissão de Acompanhamento da Contratualização e encaminhou o Decreto nº 5.151, de 29 de outubro de 2025, que institui a CAC, no âmbito da SMS de Guanhães.

2- A Sra. A.A.O.M. informou que, de fato, essa questão passou despercebida por ela enquanto gestora. Caso essa omissão tivesse sido identificada no período em que ela esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde, teria tomado as providências cabíveis para a regularização e formalização da CAC.

Avaliando-se a manifestação e os documentos apresentados pelo auditado, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18 307.439/0001-27

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade Constatação Nº: 706500

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: A SMS não apresentou ato legal de nomeação de uma Comissão Municipal responsável pelo TFD. De acordo com o Manual de Procedimentos de TFD da SES-MG, essa Comissão deve ser composta por um profissional Médico, um Assistente Social, um Funcionário responsável pelo TFD e pelo Secretário Municipal de Saúde.

Além disso, não apresentou pareceres ou relatórios feitos por uma Comissão, para avaliação das solicitações entregues no Setor de TFD do município, antes da realização dos encaminhamentos dos usuários para tratamento.

Em entrevista, o Gestor e a Referência Técnica do TFD relataram que não existe Comissão Municipal responsável pelo



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



TFD formalmente constituída, nomeada e atuante.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140; e com o Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, pág. 8, Normas Específicas, item 1 e 2.2. Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015\\_Manual\\_tratamento\\_fora\\_domicilio.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf).

Fonte da Evidência: - Termo de entrevista do Sr. J.A.R.C., Secretário Municipal de Saúde de Guanhães, de 09/07/2025;  
- Termo de entrevista da Sra. M.B.A.L, Referência Técnica do TFD, de 09/07/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) enviou por e-mail, em 03/11/2025, a Portaria nº 246, de 29 de outubro de 2025, que institui a Comissão Municipal de Avaliação e Concessão do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e dá outras providências.

2- Por meio do Documento enviado através de e-mail em 29/09/2025 intitulado: Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, que aponta a inexistência de uma Comissão Municipal formalmente nomeada para o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), esclareço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tinha conhecimento da obrigatoriedade de instituição formal dessa Comissão, por meio de ato administrativo específico.

Com base no Manual de Procedimentos de TFD da SES-MG, compreendo que essa Comissão deve ser composta, obrigatoriamente, por um profissional médico, um assistente social, um servidor responsável pelo setor de TFD e pelo próprio secretário municipal de saúde. Contudo, essa formalização não foi realizada durante minha gestão, seja por desconhecimento da exigência, seja pela ausência de encaminhamento técnico por parte do setor envolvido.

Reconheço que a existência dessa Comissão é fundamental para garantir maior transparência, legitimidade nas decisões e adequação às normativas estaduais, especialmente nos processos de análise, deferimento e regulação das solicitações de TFD. Caso essa necessidade tivesse sido devidamente identificada e apresentada à gestão, teria adotado de imediato as providências necessárias para nomear formalmente a Comissão, garantindo o seu pleno funcionamento conforme previsto na regulamentação vigente.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1 - O auditado enviou a Portaria nº 246, de 29 de outubro de 2025, que institui a Comissão Municipal de Avaliação e Concessão do TFD, no âmbito do Município de Guanhães, composta por um profissional Médico, uma Assistente Social, uma Coordenadora - Funcionária responsável pelo TFD e pelo Secretário Municipal de Saúde. Esse documento comprova a correção da não conformidade.

2 - A Sra. A.A.O.M. confirmou a inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde. Esclareceu que, durante o período em que esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tinha conhecimento da obrigatoriedade de instituição formal dessa Comissão, por meio de ato administrativo específico.

Avaliando-se a documentação apresentada pelo auditado, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 706337

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) não se constitui em Unidade Gestora dos recursos.

Evidência: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) foi criado pela Lei Municipal nº 1.637 de 17/12/1991, alterada pela Lei nº 2.382 de 9/6/2010. Possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de Matriz sob o nº 13.287.740/0001-00, de natureza jurídica 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal), destinados às ações e serviços públicos de saúde do município.

As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e os Quadros Demonstrativos da Despesa (QDD) 2024 e 2025 do FMS possuem diretrizes, especificações das despesas, bem como a classificação orçamentária, fonte dos recursos e detalhamento dos valores orçados, sendo estimado para o exercício de 2024: FMS R\$ 68.871.413,81 (sessenta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e treze reais e oitenta e um centavos) e para o exercício de 2025: FMS R\$ 67.931.279,28 (sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos), constituindo Unidade Orçamentária, assim como os empenhos.

Porém, nos Quadros Demonstrativos da Despesa (QDD) e em todas as notas de empenho analisadas, verificou-se a Prefeitura Municipal está registrada como Unidade Gestora, caracterizando-a como tal.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Art. 14; Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 18, Inciso I; Lei Municipal nº 1.637/1991, Art. 3º, Inciso I e Lei Municipal nº 2.382/2010, Art. 4º, Inciso I.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 1.637 de 17/12/1991 (criação do FMS);

- Lei Municipal nº 2.382 de 9/6/2010 (alteração da Lei nº 1.637/1991 (FMS);

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 3.144 de 3/7/2023 para o exercício de 2024;

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 3.219 de 24/7/2024 para o exercício de 2025;

- Lei Orçamentária Anual nº 3.193, de 2/1/2024;

- Lei Orçamentária Anual nº 3.243, de 2/1/2025;

- Consulta no site do FNS: <https://consultafns.saude.gov.br/#/consolidada> em 1/7/2025;

- Ato delegatório de competências do gestor emitido pelo Prefeito (Ofício nº 005 de 29/04/2025);

- Consulta no site TCEMG: <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/dashboard>;

- Quadros Demonstrativos da Despesa (QDD) de 2024 e de 2025 do FMS emitidos em 02/06/2025 pela Tesouraria/Prefeitura do Município;

- Notas de Empenhos nºs 207, 1491, 7046, 7061 e 396 de 2024 com a relação de Liquidações e Pagamentos, extraídas do Portal da Transparência de Guanhães em 4/6/2025 (<https://guanhaes-mg.portaltm.com.br/consultas/pessoal/servidores.aspx>);

- Notas de Empenhos digitalizadas nºs 4022, 843, 5459, 5689, 6280, 6969, 6375, 4577, 6419, 5245 de 2024 (constando o registro das liquidações e dos pagamentos realizados);

- Notas de Empenhos digitalizadas nºs 1144, 1145, 618, 617, 449, 1435, 146, 143, 245, 1456, 244, 1200, 158, 1355, 1457, 1224 e 2071 de 2025 (constando o registro das liquidações e dos pagamentos realizados);

- Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ do FMS, [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp), em 15/5/2025, às 18:05h.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães), se manifestou da seguinte forma:

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) encontra-se regularmente instituído neste Município pela Lei Municipal nº 1.637/1991, a qual estabelece que o Fundo ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde e que as demonstrações





contábeis e relatórios produzidos pelo Fundo integrarão a contabilidade geral do Município, garantindo consolidação, transparência e rastreabilidade dos recursos da saúde.

Além disso, o Art. 8º da Lei nº 1.637/1991 prevê que:

- O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e programas de trabalho governamentais, observando o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como os princípios da universalidade e do equilíbrio;
- O orçamento do Fundo integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade;
- Na elaboração e execução, o orçamento do Fundo observará os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Conforme o Art. 14 da Lei Complementar nº 141/2012:

Art. 14. O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, ressalvados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

Importa esclarecer que a redação da lei pode levar à interpretação de que se refere à gestão dos recursos, sem implicar, contudo, a constituição de uma unidade gestora com personalidade jurídica ou autonomia administrativa integral.

De acordo com o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na Consulta nº 862148, os Fundos Municipais de Saúde não possuem personalidade jurídica própria, ainda que sejam obrigados à inscrição no CNPJ sob a natureza jurídica 120-1 (Fundo Público), conforme Instrução Normativa RFB nº 1.143/2011. Assim, os documentos comprobatórios das despesas realizadas sob os orçamentos dos Fundos podem ser emitidos em nome da Prefeitura Municipal, sem que isso descaracterize a execução das ações e serviços de saúde pelo Fundo.

Segue o recorte da Ementa da Consulta:

**CONSULTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA - OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ, POR FORÇA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL - NATUREZA JURÍDICA 120-1 (FUNDO PÚBLICO) - VINCULAÇÃO A ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - REGISTROS CONTÁBEIS PRÓPRIOS - OBRIGATORIEDADE - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - POSSIBILIDADE, DESDE QUE HAJA AUTORIZAÇÃO LEGAL E QUE O FUNDO DISPONHA DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PRÓPRIA - CONSULTA N. 833221 (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS INDAGAÇÕES APRESENTADAS NA CONSULTA).**

1) O fato de ser necessária a inscrição dos fundos municipais de saúde no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, na condição de matriz, na natureza jurídica 120-1 (Fundo Público), nos termos da Instrução Normativa n. 1.143/2011, da Receita Federal, não lhes confere personalidade jurídica, razão pela qual os documentos comprobatórios das despesas realizadas sob os orçamentos daqueles fundos devem ser emitidos por fornecedores e prestadores de serviços em nome das respectivas Prefeituras. Não obstante, os fundos municipais de saúde constituem-se em unidades gestoras e orçamentárias, e poderão, desde que tenha estrutura administrativa própria e autorização legal, realizar procedimentos licitatórios, gerir os contratos deles decorrentes e emitir documentos fiscais utilizando o CNPJ do próprio fundo. Tal fato não altera a responsabilidade do ente por esses atos, pois os fundos públicos não possuem personalidade jurídica, estando vinculados ao órgão de saúde pertencente ao ente.

2) O controle escritural em separado dos Fundos enseja a programação em leis orçamentárias anuais, receitas especificadas com individualização dos recursos, bem como relatórios e demonstrações contábeis individualizadas, consolidadas às da Prefeitura, destinadas a demonstrar a disponibilidade de caixa e a vinculação de recursos.

3) Informa-se ao consulente que na Sessão Plenária de 03/04/2013 foi respondida e aprovada por unanimidade a Consulta



de n. 833221, de Relatoria do Conselheiro em exercício Gilberto Diniz, e que esta possui questionamentos relevantes e que podem servir de complemento às indagações apresentadas nesta Consulta.

O mesmo julgado ressalta que os Fundos Municipais de Saúde constituem unidades gestoras e orçamentárias e que poderão atuar com autonomia plena, inclusive realizando procedimentos licitatórios e gerindo contratos, desde que disponham de estrutura administrativa própria e autorização legal.

No caso deste Município, embora o Fundo Municipal de Saúde esteja formalmente instituído e possua orçamento próprio, ele não dispõe de estrutura administrativa e operacional suficiente para atuar como unidade gestora autônoma. Por esse motivo, as despesas são processadas pela unidade gestora Prefeitura Municipal, mantendo, entretanto, a segregação contábil e orçamentária exigida pela legislação.

Dessa forma, o registro da unidade gestora Prefeitura Municipal nas notas de empenho não representa irregularidade na execução dos recursos da saúde, estando em conformidade com o entendimento consolidado do TCE/MG na Consulta nº 862148, bem como com as disposições das Leis nº 8.080/1990, Complementar nº 141/2012, e da Lei Municipal nº 1.637/1991.

2- Por meio do Documento enviado através de e-mail, em 29/09/2025, intitulado - Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, que aponta que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Guanhães não se constitui formalmente como Unidade Gestora dos recursos da saúde, esclareço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde, não tinha conhecimento de que a Unidade Gestora dos recursos deveria ser, obrigatoriamente, o próprio FMS, e não a Prefeitura Municipal.

Durante minha gestão, essa estrutura já se encontrava em funcionamento dessa forma e, até então, nenhuma orientação técnica ou alerta por parte do setor de contabilidade ou controle interno do município foi repassada à Secretaria de Saúde sobre a necessidade de regularização dessa condição. Compreendo, no entanto, que a definição do FMS como Unidade Gestora é uma exigência prevista nas normativas do Sistema Único de Saúde (SUS), e visa garantir maior autonomia administrativa e financeira à Secretaria Municipal de Saúde, bem como facilitar a rastreabilidade, a transparência e o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos destinados à saúde.

Caso essa irregularidade tivesse sido identificada durante o período da minha gestão, teria tomado as medidas necessárias junto aos setores competentes da administração municipal para promover o ajuste jurídico-administrativo adequado.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1) A argumentação do Sr. J.A.R.C. se baseia em legislações, principalmente na Lei Federal nº 141/2012 e na Consulta nº 862148 do TCE/MG e informa que embora o Fundo Municipal de Saúde (FMS) esteja formalmente instituído e possua orçamento próprio, ele não dispõe de estrutura administrativa e operacional suficiente para atuar como unidade gestora autônoma. Informa ainda, que os documentos comprobatórios das despesas realizadas sob os orçamentos dos Fundos podem ser emitidos em nome da Prefeitura Municipal, sem que isso descaracterize a execução das ações e serviços de saúde pelo Fundo. E que, assim, o registro da unidade gestora nas notas de empenho não representa irregularidade na execução dos recursos.

Contudo, é relevante frisar que nos termos do item 1 da Consulta, reproduzido na justificativa "os documentos comprobatórios das despesas realizadas sob os orçamentos daqueles fundos devem ser emitidos por fornecedores e prestadores de serviços em nome das respectivas Prefeituras". Mas, de outro lado, o item 2 esclarece que "o controle escritural em separado dos Fundos enseja a programação em leis orçamentárias anuais, receitas especificadas com individualização dos recursos, bem como relatórios e demonstrações



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



contábeis individualizadas, consolidadas às da Prefeitura, destinadas a demonstrar a disponibilidade de caixa e a vinculação de recursos".

O FMS vincula-se à Secretaria Municipal de Saúde, assegurando que a gestão dos recursos seja feita de forma centralizada, transparente e com foco no cumprimento das metas de saúde, como detalha o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), portanto é o gestor dos recursos do SUS porque é a ferramenta que garante maior transparência, controle e eficiência na aplicação direta do dinheiro público (recursos federais, estaduais e próprios do município) nas ações e serviços de saúde locais, seguindo as diretrizes do SUS, como determina a Lei nº 8080/1990, artigo 18 e Lei Complementar nº 141/2012, artigo 14. Embora não tendo personalidade jurídica, sendo uma unidade gestora vinculada à Prefeitura, o FMS possui autonomia gerencial contábil e financeira que o desvincula da gestão orçamentária geral do município. Essa autonomia é fundamental para a gestão eficiente dos recursos destinados às políticas de saúde no município, pois possui sua própria contabilidade e movimentação financeira, separada do orçamento geral da Prefeitura.

A própria lei do município estabelece e reforça a aplicação da norma no âmbito local: Art. 1º da Lei Municipal de Guanhães, nº 1.637 de 17/12/2025: Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde,...; Art. 3º: São atribuições do Secretário Municipal de Saúde, Inciso I: gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde.

Embora a gestão administrativa e financeira possa, em muitos casos, utilizar a estrutura organizacional já existente no município (como a Secretaria Municipal de Saúde), é fundamental que haja uma organização e processos bem definidos, garantindo a transparência e a correta aplicação dos recursos do SUS, o Fundo Municipal de Saúde requer, sim, uma estrutura administrativa e operacional, ainda que integrada à administração direta do município, centralizando e controlando a movimentação do dinheiro destinado às ações e serviços de saúde.

Ou seja, fornecedores e prestadores de serviços devem emitir documentos comprobatórios em nome da Prefeitura. Contudo, os relatórios e as demonstrações contábeis individualizadas devem refletir que as despesas foram realizadas efetivamente pelo FMS. Assim, os registros dos empenhos devem demonstrar que o FMS é a unidade gestora do recurso. Por esse motivo, com base na própria Consulta nº 862148 do TCE-MG, o registro, pelo ente municipal, da unidade gestora Prefeitura Municipal nas notas de empenho representa não conformidade.

2) A Sra. A.A.O.M. esclareceu que durante o período de sua gestão à frente da Secretaria Municipal de Saúde não tinha conhecimento de que a Unidade Gestora dos recursos deveria ser, obrigatoriamente, o próprio FMS, e não, a Prefeitura Municipal, que essa estrutura já se encontrava em funcionamento dessa forma e que nenhuma orientação técnica lhes foi dada sobre a necessidade de regularização dessa condição e compreende que a definição do FMS como Unidade Gestora é uma exigência prevista nas normativas do SUS.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, considera-se que as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, Inciso I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES

18.307.439/0001-27

**Recomendação:** Implementar medidas administrativas para reestruturar o sistema de contabilidade e os procedimentos existentes para garantir a correta operacionalização na gestão dos recursos orçamentários e financeiros do FMS, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012, Art. 14; Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 18, Inciso I; Lei Municipal nº 1.637/1991, Art. 3º, Inciso I e Lei Municipal nº 2.382/2010, Art. 4º, Inciso I.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 706338

Subgrupo: Emenda Constitucional 29/2000

Item: Movimentação dos Recursos no Fundo de Saúde

**Constatação:** Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

**Evidência:** Os recursos financeiros da contrapartida da saúde não são movimentados em conta corrente vinculado ao Fundo Municipal de Saúde (FMS). Na Proposta/Contrato de abertura de contas com o Banco do Brasil, assinado em 04/01/2013, consta o CNPJ da Prefeitura (18.307.439/0001-27), com data de abertura da conta corrente nº 26.029-0/Agência 0397-2 em 06/02/2009.

Na relação das contas correntes da Secretaria Municipal de Saúde consta o CNPJ da Prefeitura e nos extratos da conta corrente constam a nomenclatura: P M G M SAUDE REC PROPRIO. Nos Quadros de Detalhamento da Despesa (QDD) e nos empenhos constam a Prefeitura Municipal como Unidade Gestora dos recursos.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Art. 2º, § único.

**Fonte da Evidência:** - Relação das contas correntes do FMS;

- Proposta/Contrato de Abertura de conta corrente da contrapartida municipal ao CNPJ da Prefeitura: Banco 001, Ag. 0397-2, c/c nº 26.029-0, assinado em 04/01/2013;

- Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal - Banco 001, Ag. 0397-2, c/c nº 26.029-0;

- Quadros Demonstrativos da Despesa (QDD) de 2024 e de 2025 do FMS emitidos, em 02/06/2025, pela Tesouraria/Prefeitura do Município;

- Notas de Empenhos nºs 158, 244, 245, 449, 617, 618, 1200, 1224, 1457 de 2025 (Recurso Contrapartida);

- <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#!/public/dashboard> (Dados consolidados do Município, referentes até o mês: 12/2024, Fontes Externas: IBGE, TRE).

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício nº 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhanês), se manifestou da seguinte forma:

A Gestão atual não tinha conhecimento desse fato até o momento. Entramos em contato com o gerente do Banco do Brasil e segundo ele, não será possível alterar o CNPJ vinculado a referida conta do Banco do Brasil, Ag 0397-2 conta corrente 26.029-0.

A Contabilidade do Município, através do Secretário Municipal de Saúde, está providenciando, no prazo de 20 dias, abertura de uma nova conta bancária para o Fundo Municipal de Saúde vinculada ao CNPJ do mesmo.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



2- Por meio do Documento enviado através de e-mail, em 29/09/2025, intitulado - Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física), se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, que trata da movimentação dos recursos financeiros da contrapartida da saúde em conta corrente que não está formalmente vinculada ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), esclareço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tive conhecimento de que essa prática estava em desacordo com as normativas legais.

Até o término do meu período de gestão, não recebi qualquer orientação formal ou alerta técnico, por parte do setor de contabilidade, tesouraria ou controle interno do município, de que os valores referentes à contrapartida municipal da saúde deveriam ser obrigatoriamente movimentados em conta bancária específica e vinculada ao FMS.

A estrutura administrativa e financeira vigente já operava dessa forma quando assumi a pasta, e essa irregularidade não foi identificada no decorrer das rotinas da Secretaria. Ainda assim, reconheço que a movimentação dos recursos do SUS, inclusive os oriundos da contrapartida municipal, deve obedecer aos princípios da segregação de contas, transparência e rastreabilidade, conforme previsto nas normativas do Ministério da Saúde e da legislação federal aplicável. Caso tal desconformidade tivesse sido informada à gestão, providências imediatas teriam sido tomadas junto aos setores responsáveis para regularização e adequação à legislação.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação.

Análise da Justificativa: 1- O Senhor J.A.R.C. informou que a gestão atual não tinha conhecimento desse fato até o momento e que está providenciando, no prazo de 20 dias, abertura de uma nova conta bancária para o Fundo Municipal de Saúde vinculada ao CNPJ do mesmo.

2- A Sra. A.A.O.M. A Sra. A.A.O.M. esclareceu que durante o período de sua gestão à frente da Secretaria Municipal de Saúde não tinha conhecimento de que essa prática estava em desacordo com as normativas legais e até o término de sua gestão, não recebeu orientação formal por parte do setor de contabilidade, tesouraria ou controle interno do município. Por este motivo, não tomou providências imediatas para regularização e adequação à legislação.

Analisando as justificativas apresentadas, observa-se que a SMS alega ter iniciado o processo para adequação da não conformidade apontada. Porém, a manifestação da SMS está desacompanhada de documento comprobatório, o que não permite constatar se a não conformidade foi sanada, ainda que parcialmente.

Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, Inciso I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** Firmar contrato de Abertura de uma Conta Corrente e Prestação de Serviços Bancários, vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, para movimentações e transações financeiras dos recursos da contrapartida do município, seguindo as regulamentações do Banco Central do Brasil, na qualidade de Pessoa Jurídica (PJ) e conforme estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012, Art. 2º, § único.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 706339

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Gerenciamento

**Constatação:** O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas.

**Evidência:** Constatou-se através da Portaria Municipal nº 170, de 24/04/2025, a efetiva nomeação do Sr. J.A.R.C. para o cargo de Secretário Municipal de Saúde. Foi delegada a este, através do Ato Delegatório de competência - Ofício nº 005/2025, de 29/04/2025, a responsabilidade pela gestão e movimentação dos recursos do FMS no Banco do Brasil, assim como a responsabilidade de assinar Instrumentos de Convênio e de Contratos de Prestação de Serviços.

Em análise de uma amostra de Notas de Empenhos, foi constatada a assinatura do gestor, identificando o mesmo como ordenador das despesas do FMS.

Tal fato está de acordo com a Lei nº 8.080/1990, Art. 32, § 2º; Lei nº 4.320/1964, Art. 64; Decreto-Lei nº 200/1967, Art. 80, § 1º; IN/DTN nº 10/1991; Decreto Estadual nº 37.924/1996, Art. 21 e Lei Municipal nº 2.382/2010, Art. 4º, Inciso VIII.

**Fonte da Evidência:** - Notas de Empenhos nº 1144, 1145, 618, 617, 449, 1435, 146, 143, 245, 1456, 244, 1200, 158, 1355, 1457, 1224 e 2071 de 2025 (constando Liquidações e Pagamentos);  
- Portaria Municipal nº 170, de 24/04/2025;  
- Ato delegatório de competências do gestor de saúde emitido pelo Prefeito (Ofício nº 005, de 29/04/2025).

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 706340

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Gerenciamento

**Constatação:** O Gestor Municipal de Saúde é o autorizador dos pagamentos do FMS.

**Evidência:** Através da análise documental de uma amostra de Notas de Empenhos, foi constatada a assinatura e a identificação do autorizador do pagamento como sendo do atual gestor, o que o caracteriza, portanto, como autorizador dos pagamentos do FMS.

Tal fato está de acordo com a Lei nº 8.080/1990, Art. 9º e Art. 32, § 2º e Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, Art. 21.

**Fonte da Evidência:** - Notas de Empenhos digitalizadas nº 1144, 1145, 618, 617, 449, 1435, 146, 143, 245, 1456, 244, 1200, 158, 1355, 1457, 1224 e 2071 de 2025 (constando Liquidações e Pagamentos);  
- Ato delegatório de competências do gestor emitido pelo Prefeito (Ofício nº 005, de 29/04/2025).

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 706586

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Empresa

**Constatação:** Os contratos firmados com o prestador hospitalar (Hospital Imaculada Conceição) não dispõem de todas as cláusulas



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



e condições exigidas em legislação.

**Evidência:** Foram celebrados dois Termos de Contratualização entre o Município de Guanhães (por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde) e a Associação de Caridade Nossa Senhora do Carmo - Hospital Imaculada Conceição de Guanhães.

- Termo de Contratualização nº 01/2025, assinado em 28/2/2025, que tem vigência de 12 meses e pode ser alterado mediante Termo Aditivo. A Cláusula Primeira desse Termo tem como objeto a execução de prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS por intermédio da pactuação de metas no âmbito do Programa de Reestruturação dos hospitais filantrópicos em conformidade com os Anexos: Anexo Técnico I - Metas Hospitalares e Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento. O valor anual estimado é de R\$ 34.540.643,30 (Trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta centavos).

- Termo de Contratualização nº 02/2025, assinado em 28/2/2025, que tem vigência de 12 meses e pode ser alterado mediante Termo Aditivo. A Cláusula Primeira desse Termo tem como objeto a prestação de serviços de Pronto Atendimento e de Urgência e Emergência 24h diárias, em regime de plantão presencial permanente, nas dependências do Hospital, conforme estabelecido no Anexo Técnicos I - Metas Quantitativas e no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento. Valor anual estimado é de R\$ 6.846.382,92 (Seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Em resposta técnica aos auditores, a Agente de Contratação A.C.R.M. informou que o processo encontra-se em estrita conformidade com o arcabouço legal vigente e com os normativos específicos que regem o financiamento e a prestação de serviços no âmbito do SUS. Informou ainda que os Termos de Contratualização foram formalizados com base em diretrizes do MS e SES visando à execução do Programa de Reestruturação dos Hospitais, atendendo à finalidade pública essencial de assegurar a prestação continuada dos serviços hospitalares aos usuários do SUS e que encontra respaldo nas leis nº 8080/1990 e nº 8142/1990, Portarias nº GM/MS nº 6/2017, GM/MS nº 2925/2017, GM/MS nº 3392/2012 e Del. CIB-SUS 3941/2022.

Em análise às contratualizações, verificou-se que não são mencionados: o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da lei de licitações e contratos administrativos, na forma escrita e juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do edital de licitação e ainda, divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC).

Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 89, § 1º, § 2º, Art. 91 (caput), Art. 92, Inciso II, Art. 94, Inciso I.

**Fonte da Evidência:**

- Termo de Contratualização nº 01/2025, de 28/2/2025;
- Termo de Contratualização nº 02/2025, de 28/2/2025;
- Resposta técnica aos auditores, da Agente de Contratação A.C.R.M., de 9/7/2025;
- Print de telas do Portal da Transparência de Guanhães - Pesquisa Contratos (guanhaes-mg.portal.tp.com.br/consultas/compras/contratos.aspx).

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício nº 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail, em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães), se manifestou da seguinte forma:

Reconhecemos a necessidade de total conformidade legal nos contratos.

- Será realizada uma revisão jurídica aprofundada de todos os contratos vigentes com o prestador hospitalar (Hospital Imaculada Conceição) para adequá-los integralmente às exigências da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo a inclusão de todas as cláusulas e condições mandatórias.

- O Secretário Municipal de Saúde está providenciando, no prazo de 60 dias, todas as adequações necessárias.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



2- Por meio do Documento enviado através de e-mail, em 29/09/2025, intitulado - Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, que aponta que os contratos firmados com o prestador hospitalar (Hospital Imaculada Conceição) não contemplam todas as cláusulas e condições exigidas pela legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, esclareço que, durante o período em que estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tive conhecimento específico das inconsistências contratuais apontadas após a análise da contratualização.

O contrato nº 01/2025 com o referido hospital foi elaborado com o apoio técnico de outros setores da administração municipal, especialmente a assessoria jurídica e a contabilidade, e contou com a participação da ex-coordenadora V.P. e da servidora M. L., recém-nomeada à época.

Na ocasião, não me foi apresentado nenhum alerta quanto à ausência de cláusulas obrigatórias, tais como:

- O ato formal que autorizou a lavratura do contrato;
- O número do processo de licitação ou de contratação direta correspondente;
- A cláusula expressa de sujeição às normas da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021);
- A obrigatoriedade de divulgação e publicidade do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial.

Reconheço que a ausência desses elementos compromete a regularidade formal do instrumento contratual, conforme disposto nos Artigos 89, §1º e §2º, 91 (caput), 92, inciso II e 94, inciso I da Lei nº 14.133/2021, e que tais informações são essenciais para garantir a transparência, a legalidade e o controle social da contratação pública.

Caso essas falhas tivessem sido apontadas durante meu período de gestão, teria tomado as medidas necessárias para adequar o contrato aos dispositivos legais, em conjunto com os setores competentes.

Análise da Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. reconheceu a não conformidade e informou que haverá uma revisão jurídica de todos os contratos vigentes com o Hospital para adequá-los às exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 no prazo de 60 dias.

2- A Sra. A.A.O.M. esclareceu que durante o período de sua gestão frente à Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não teve conhecimento das inconsistências contratuais e que não lhes foi apresentado nenhum alerta quanto à ausência das cláusulas obrigatórias mencionadas em sua manifestação e caso tivessem sido lhes apontadas, teria tomado medidas para adequar o contrato.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, considera-se que as justificativas pretenderam demonstrar iniciativas que visavam sanear as impropriedades. Mas, por outro lado, somente confirmam os achados da auditoria sendo, assim, insuficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, Inciso I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAE	18 307.439/0001-27

Recomendação: - Realizar a adequação de todos os contratos firmados com o Hospital Imaculada Conceição, dispondo com clareza de todas as cláusulas e condições exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 89, § 1º, § 2º, Art. 91 (caput), Art. 92, Inciso



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



II, Art. 94, Inciso I.

- Observar ainda a Lei Federal nº 8.080/90, Art. 18, inciso X; a Portaria de Consolidação nº 01/2017 Arts. 130 ao 142 e a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Arts. 32, § 1º, 34, 35 e 36 quanto à contratualização no âmbito do SUS.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 706342

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

**Constatação:** Os Contratos formalizados com o prestador hospitalar (Hospital Imaculada Conceição) de Serviços ao SUS não foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação aplicável.

**Evidência:** Foram apresentados os Termos de Contratualização nºs 01/2025 e 02/2025 assinados em 28/02/2025, celebrados entre o Município por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Associação de Caridade Nossa Senhora do Carmo/Hospital Imaculada Conceição.

O Termo de Contratualização nº 01 tem como objeto a prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS, por intermédio da pactuação de metas no âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos, conforme os Anexos Técnicos I - Metas Hospitalares e II - Sistema de Pagamento.

O Termo de Contratualização nº 02 tem como objeto, a prestação de serviços aos usuários do SUS, de Pronto Atendimento e de Urgência e Emergência 24h diárias, em regime de plantão presencial permanente.

Foi apresentada a Portaria Municipal nº 136 de 06/03/2025, que designa Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Em resposta técnica aos auditores, a Agente de Contratação A.C.R.M. informou que o processo encontra-se em estrita conformidade com o arcabouço legal vigente e com os normativos específicos que regem o financiamento e a prestação de serviços no âmbito do SUS. Informou ainda que os Termos de Contratualização foram formalizados com base em diretrizes do MS e SES e que a Contratualização encontra respaldo nas Leis nº 8080/1990, Lei nº 8142/1990, Portaria GM/MS nº 6/2017, Portaria GM/MS nº 2925/2017, Portaria nº GM/MS nº 3392/2012 e a Deliberação CIB-SUS nº 3941/2022.

No entanto, constatou-se que estes contratos não foram precedidos de procedimentos licitatórios, tendo sido realizados contratos de forma direta.

Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 1º, Inciso II, Art. 2º, Inciso V.

**Fonte da Evidência:**

- Termo de Contratualização nº 01/2025, de 28/02/2025;
- Termo de Contratualização nº 02/2025, de 28/02/2025;
- Portaria Municipal nº 136, de 6/3/2025;
- Resposta técnica aos auditores, da Agente de Contratação A.C.R.M., de 09/07/2025;
- Termo de Auditoria, de 10/07/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício nº 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail, em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhaes) se manifestou da seguinte forma:

A licitação é um princípio fundamental da administração pública.



- A Prefeitura Municipal de Guanhães se compromete a realizar processos licitatórios para a contratação de serviços hospitalares e de urgência/emergência, conforme exigido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
- Será avaliada a situação dos contratos vigentes para, se necessário, providenciar a regularização por meio de novos processos licitatórios ou adequação às exceções previstas em lei.
- O Secretário Municipal de Saúde está providenciando, no prazo de 60 dias, todas as adequações necessárias.

2- Por meio do Documento enviado através de e-mail, em 29/09/2025, intitulado - Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, que aponta que os contratos firmados com o prestador hospitalar (Hospital Imaculada Conceição) para prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) não foram precedidos de processos licitatórios, conforme determina a legislação aplicável, esclareço que, durante o período em que estive na gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tinha conhecimento de que, mesmo sendo uma instituição filantrópica, a contratualização estaria sujeita à observância das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Entendia-se, até então, que as parcerias com entidades filantrópicas estavam dispensadas de licitação, tendo em vista o histórico de prestação de serviços junto ao SUS, os contratos anteriores vigentes e os critérios de complementariedade previstos na legislação do SUS. Contudo, reconheço que, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu Art. 1º, inciso II, e Art. 2º, inciso V, tais contratações, ainda que com entidades sem fins lucrativos, devem respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade, e devem ser formalizadas mediante processo administrativo regular, com justificativas técnicas e legais adequadas.

É importante registrar que, durante minha gestão, os contratos foram elaborados com apoio de setores competentes da administração, como assessoria jurídica e contabilidade, não tendo sido apontada por esses setores a necessidade de processo licitatório ou a aplicação específica da nova legislação de licitações às instituições filantrópicas.

Reitero que, caso a obrigatoriedade tivesse sido identificada no período de minha gestão, as medidas necessárias para a regularização da contratação teriam sido tomadas em tempo hábil.

**Análise da Justificativa:** 1-O Sr. J.A.R.C. reconhece a obrigatoriedade da licitação para todas as contratações da Administração Pública e se compromete, através da Prefeitura, a realizar os processos licitatórios para as contratações dos serviços hospitalares.

2- A Sra. A.A.O.M. esclareceu que durante o período em que esteve na gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não tinha conhecimento que a contratualização estaria sujeita à observância da lei de licitações.

A contratação direta sem o devido processo administrativo e dos documentos necessários à sua formalização, mesmo em situações de inexigibilidade (inviabilidade de competição) ou dispensa (faculdade legal), é ilegal. A legislação brasileira exige que toda contratação siga um rito formal para garantir a transparência e a justificativa do gasto público. Mesmo quando não há disputa (licitação), a Administração Pública deve instruir um processo de contratação direta contendo toda a documentação, conforme o disposto no artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, verifica-se o reconhecimento da não conformidade. Além disso, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, Inciso I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Propõe-se o encaminhamento ao Ministério Público Estadual com base na Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169, § 3º, inciso II e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com base na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 3º, inciso XVI e Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169 inciso III c/c § 3º, inciso I.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18 307.439/0001-27

**Recomendação:** Realizar processo licitatório para formalizar os contratos firmados com o Hospital Imaculada Conceição, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 1º, Inciso II, Art. 2º, Inciso V.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18 307.439/0001-27

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 706341

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

**Constatação:** Não há segregação de funções na operacionalização dos processos de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Guanhães.

**Evidência:** Em análise dos processos de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde, verificou-se que o Secretário Municipal de Saúde assina os Empenhos como Ordenador das Despesas, assina como Liquidante e assina como Autorizador dos pagamentos, não tendo sido observada a separação entre as funções.

Constatou-se, portanto, que não há segregação de funções na execução das despesas realizadas durante o processo de pagamentos de contas das ações e serviços de saúde, comprometendo a integridade do sistema público, princípio fundamental no controle interno da administração pública.

Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Capítulo II, Art. 5º e Art. 7º, § 1º.

**Fonte da Evidência:** - Notas de Empenhos digitalizadas nºs 4022, 843, 5459, 5689, 6280, 6969, 6375, 4577, 6419, 5245 de 2024 (constando o registro das liquidações e dos pagamentos realizados);  
- Notas de Empenhos digitalizadas nºs 1144, 1145, 618, 617, 449, 1435, 146, 143, 245, 1456, 244, 1200, 158, 1355, 1457, 1224 e 2071 de 2025 (constando o registro das Liquidações e dos Pagamentos realizados).

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio do Ofício nº 80/2025 de 17/10/2025, enviado através de e-mail, em 20/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

A segregação de funções é um pilar do controle interno e da boa gestão pública.

- Será realizada uma reestruturação imediata dos processos de pagamento do Fundo Municipal de Saúde para garantir a segregação de funções, designando diferentes profissionais para as etapas de ordenação, liquidação e autorização de pagamento.

- Serão emitidos atos formais de designação para os profissionais responsáveis por cada uma dessas etapas, assegurando a clareza de responsabilidades.

- Serão implementados e reforçados os controles internos para monitorar e assegurar a efetiva segregação de funções, garantindo a integridade e a segurança dos processos financeiros.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



2- Por meio do Documento enviado através de e-mail, em 29/09/2025, intitulado - Resposta da Notificação de Auditoria, a Sra. A.A.O.M. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em atenção à Constatação, que trata da inexistência de segregação de funções na operacionalização dos processos de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Guanhães, esclareço que, durante minha gestão à frente da Secretaria Municipal de Saúde, não tive ciência de que a acumulação das funções de ordenador de despesas, liquidante e autorizador de pagamentos por parte do próprio Secretário Municipal de Saúde estava em desacordo com os princípios do controle interno e da integridade administrativa.

No modelo adotado à época, que já se encontrava em funcionamento anteriormente à minha nomeação, segui os trâmites já estabelecidos na administração municipal, assumindo as assinaturas nas etapas mencionadas por não haver, até então, orientação técnica ou estrutura administrativa que indicasse a necessidade de separação formal entre essas funções.

Somente após a análise promovida pela auditoria, tomei conhecimento de que tal acúmulo de responsabilidades compromete os princípios da segregação de funções, da transparência, da rastreabilidade e da prevenção de conflitos de interesse, princípios fundamentais para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, conforme preconizado pelas boas práticas de governança pública.

Caso essa orientação tivesse sido transmitida durante o período da minha gestão, teria buscado, em conjunto com a Secretaria de Fazenda e o setor de contabilidade, a reestruturação do fluxo de pagamentos, de forma a distribuir corretamente as responsabilidades entre os agentes públicos competentes.

Reitero meu comprometimento com a boa-fé administrativa e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

3- A Sra. R.F.G.M. (pessoa física) não apresentou manifestação

Análise da Justificativa: 1- O Sr. J.A.R.C. reconheceu a não conformidade e informou que haverá uma revisão jurídica de todos os contratos vigentes com o Hospital para adequá-los às exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 no prazo de 60 dias.

2- A Sra. A.A.O.M. esclareceu que durante o período de sua gestão frente à Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, não teve conhecimento das inconsistências contratuais e que não lhes foi apresentado nenhum alerta quanto à ausência das cláusulas obrigatórias mencionadas em sua manifestação e caso tivessem sido lhes apontadas, teria tomado medidas para adequar o contrato.

Avaliando-se as manifestações apresentadas, considera-se que as justificativas pretenderam demonstrar iniciativas que visavam sanear as impropriedades. Mas, por outro lado, somente confirmam os achados da auditoria sendo, assim, insuficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, Inciso I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Recomendação:** Promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei, observando o princípio da segregação de funções e que preencham todos os requisitos constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, Capítulo II, Art. 5º e Art. 7º, § 1º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18.307.439/0001-27

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 706549

**Subgrupo:** Instrumentos de Planejamento PS

**Item:** Aprovado pelo Conselho

**Constatação:** O Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

**Evidência:** Em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o Plano Municipal de Saúde, para o período de 2022 a 2025, foi elaborado pela SMS de Guanhanês, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) para análise. Verificou-se ainda, que esse plano foi aprovado pelo CMS, conforme o registro na Ata de reunião do conselho, de 20/12/2021.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 96, Caput e § 7º; Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, a.

**Fonte da Evidência:** - Plano Municipal de Saúde - 2022 a 2025;  
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 08/07/2025;  
- Cópia da Ata de reunião do CMS, de 20/12/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 706550

**Subgrupo:** Instrumentos de Planejamento PS

**Item:** Aprovado pelo Conselho

**Constatação:** A Programação Anual de Saúde foi elaborada pela SMS, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde.

**Evidência:** Em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que a Programação Anual de Saúde (PAS), para o ano de 2025, foi elaborada pela SMS de Guanhanês, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde para análise. Verificou-se ainda, que a PAS foi encaminhada ao CMS para apreciação, conforme o registro no Ofício nº 35/2025, de 30/04/2025.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I, Artigos 95, 97, 98, Inciso I, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, b.

**Fonte da Evidência:** - Programação Anual de Saúde - 2025;  
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 08/07/2025;  
- Ofício nº 35/2025, de 30/04/2025, que encaminha a PAS 2025 ao CMS.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 706551

**Subgrupo:** Relatório de Gestão

**Item:** Aprovação pelo Conselho

**Constatação:** O Relatório Anual de Gestão foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Evidência:** Em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o Relatório Anual de Gestão (RAG), para o ano de 2024, foi elaborado pela SMS de Guanhães no DIGISUS e encaminhado ao CMS para análise. A presidente do CMS confirmou o recebimento do referido relatório por meio do Ofício nº 02/2025, de 03/06/2025.

Segundo informação da Sra. S.B.C., Presidente do CMS e Referência Técnica da SMS para os Instrumentos de Gestão, o RAG 2024 será submetido à apreciação dos conselheiros em reunião agendada para o dia 14/07/2025.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 99, Caput e § 3º, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, Artigo 15.

**Fonte da Evidência:**

- Relatório Anual de Gestão (RAG), para o ano de 2024;
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 08/07/2025;
- Ofício nº 02/2025, de 03/06/2025, em que o CMS acusa o recebimento do RAG 2024 para apreciação e aprovação;
- Termo de Entrevista da Sra. S.B.C., Presidente do CMS e referência técnica para os Instrumentos de Gestão, de 09/07/2025.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 706552

**Subgrupo:** Relatório de Gestão

**Item:** Aprovação pelo Conselho

**Constatação:** O Segundo e Terceiro Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) do ano de 2024 foram elaborados pela SMS no DIGISUS e encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde e apresentados à Casa Legislativa Municipal.

**Evidência:** Em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o segundo e terceiro RDQAs, do ano de 2024, foram elaborados pela SMS no DIGISUS e encaminhados ao CMS para análise. Verificou-se, que esses relatórios foram aprovados pelo CMS, conforme os registros em atas do CMS.

Constatou-se ainda que esses relatórios foram apresentados em reunião da Câmara de Vereadores, conforme listas de presença apresentadas pela SMS.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, artigos 94, 100, Caput 435 e 436, item II, a; com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, Caput e § 5º e art. 41.

**Fonte da Evidência:**

- Segundo e Terceiro RDQAs, do ano de 2024;
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 08/07/2025;
- Ata do CMS, de 04/11/2024, que aprova o Segundo RDQA do ano de 2024;
- Ata do CMS, de 13/02/2025, que aprova o Terceiro RDQA do ano de 2024;
- Listas de presença, referentes as apresentações em reuniões da Câmara de Vereadores, do Segundo e Terceiro RDQAs, do ano de 2024, datadas de 03/12/2024 e 20/02/2025.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 706553

**Subgrupo:** Relatório de Gestão

**Item:** Aprovação pelo Conselho

**Constatação:** O Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do ano de 2025 foi elaborado pela SMS no DIGISUS, encaminhado ao CMS, contudo não foi apresentado à Casa Legislativa Municipal.

**Evidência:** Em consulta ao sistema DIGISUS, no dia 08/07/2025, verificou-se que o Primeiro RDQA do ano de 2025 foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao CMS para apreciação em 08/07/2025.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



A Presidente do CMS e Referência Técnica da SMS para os Instrumentos de Gestão, Sra. S.B.C., informou que o referido relatório não foi apresentado em audiência pública na Câmara de Vereadores. Informou também que o referido relatório será avaliado pelos membros do CMS em reunião agendada para o dia 21/07/2025.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigos 94, 435 e 436, item II, a; e com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, Caput.

Fonte da Evidência: - Primeiro RDQA, do ano de 2025;  
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 08/07/2025;  
- Termo de Entrevista da Sra. S.B.C., Referência Técnica para os Instrumentos de Gestão, de 09/07/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 80/2025, de 17/10/25, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e responsável legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) se manifestou da seguinte forma:

A apresentação dos relatórios à Casa Legislativa é uma exigência legal e um pilar da transparência.

- Será agendada, em caráter de urgência, uma audiência pública na Câmara de Vereadores para a apresentação do Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do ano de 2025.

- Será implementado um cronograma rigoroso para a apresentação de todos os futuros RDQAs dentro dos prazos estabelecidos pela legislação, garantindo a participação da Câmara de Vereadores.

- A equipe responsável será capacitada sobre a importância e os procedimentos para a apresentação desses relatórios à Casa Legislativa, visando evitar futuras não conformidades.

Análise da Justificativa: 1- Em sua manifestação o Gestor de Saúde informa que irá agendar, em caráter de urgência, uma audiência pública na Câmara de Vereadores para a apresentação do 1º RDQA de 2025 e que irá elaborar um cronograma para apresentação dos próximos RDQAs dentro dos prazos estabelecidos pela legislação. Contudo, não foi apresentada documentação com a comprovação dessas alegações.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, Inciso I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18 307.439/0001-27

Recomendação: Apresentar os RDQAs em audiência pública na Câmara de Vereadores, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação, conforme o disposto na Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigos 94, 435 e 436, item II, a; e na Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, Caput.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHAES	18 307.439/0001-27

## VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 19/08/2025





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Ofício Nº: 3302025

Data: 19/08/2025

#### VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 330/2025, de 19/08/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 775 à Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 27/08/2024, conforme Aviso de Recebimento dos Correios BN 40942214 3 BR.

Por meio do Ofício nº 67/2025, de 19/09/25, o Gestor de Saúde solicitou prorrogação de prazo para manifestação, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/URSDIA-ARAS-SUS/MG nº. 6/2025, de 23/09/25.

Foi encaminhado o Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 332/2025, de 19/08/25, juntamente com o Relatório Preliminar, ao Sr. J.A.R.C. (pessoa física), para conhecimento e manifestação, o qual foi devolvido em 09/10/2025 pelos Correios. Os referidos documentos foram reencaminhados através de e-mail, em 09/10/2025, cujo recebimento foi confirmado, também por e-mail, em 16/10/2025.

Por meio do Ofício nº 80/2025, de 17/10/2025, o Sr. J.A.R.C. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria.

Foi encaminhado o Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 331/2025, de 19/08/25, juntamente com o Relatório Preliminar, a Sra. R.F.G.M (pessoa física), para conhecimento e manifestação, o qual foi devolvido pelos Correios em 13/08/2025. Como não foi possível a entrega desses documentos à pessoa física, foi realizada a publicação da notificação de auditoria no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em 07/09/2025 (página 41). A Sra. R.F.G.M. não se manifestou a respeito das não conformidades apontadas no relatório.

Foi encaminhado também o Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 333/2025, de 19/08/2025, juntamente com o Relatório Preliminar de Auditoria nº 775, à Sra. A.A.O.M. (pessoa física), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 29/08/2025, conforme Aviso de Recebimento dos Correios BN 40942217 4 BR.

Por meio de e-mail em 29/09/25, a Sra. A.A.O.M. apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria.

Em 03/11/2025 o Sr. J.A.R.C.(pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Guanhães) encaminhou e-mail e documentação para a equipe de auditoria, com o objetivo de complementar a sua manifestação.

As manifestações apresentadas foram analisadas pela equipe responsável pela auditoria. O Relatório Final de Auditoria será elaborado e encaminhado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

#### VIII - CONCLUSÃO

A Auditoria programada realizada no Sistema Municipal de Saúde de Guanhães pode ser considerada como um instrumento para o fortalecimento da gestão pública e da qualidade dos serviços oferecidos à população. Por meio dela, foi possível realizar um diagnóstico da situação dos serviços de saúde, identificando fragilidades, potencialidades nos processos de trabalho, na estrutura física, nos recursos humanos e na efetividade das ações desenvolvidas.

Mais do que uma ferramenta de controle, a auditoria programada se configura como um poderoso recurso para o fortalecimento da gestão. Ao fornecer dados concretos e análises detalhadas, ela pode contribuir para que o gestor municipal tome decisões embasadas, promova ajustes



necessários, otimize recursos e implemente melhorias contínuas nos serviços de saúde.

Além disso, a auditoria contribui para o fortalecimento da transparência e da responsabilidade na gestão pública, promovendo a cultura da avaliação e da melhoria constante.

Após o cumprimento de todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a identificação das seguintes não conformidades:

1) Inexistência do Componente Municipal de Auditoria.

2) Falhas na estruturação e no funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), incluindo:

- Ausência de protocolos implantados para regulação de acesso;
- Falta de capacitação permanente das equipes das unidades de saúde por parte do SCRA, bem como dos próprios profissionais do SCRA;
- Irregularidades no controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território;
- Irregularidades no controle da referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios;
- Não garantia do acesso à população referenciada por outros municípios pela Programação Pactuada e Integrada (PPI);
- Não participação da SMS na elaboração e revisão periódica da PPI.

3) Irregularidades na organização/funcionamento do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

- O Fundo não se constitui como Unidade Gestora dos recursos;
- Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS;
- O contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS (Hospital Imaculada Conceição) não dispõe de todas as cláusulas e condições exigidas em legislação e não foi precedido de processo licitatório;
- Não há segregação de funções na operacionalização dos processos de pagamento do Fundo.

4) Não apresentação do Primeiro RDQA do ano de 2025 à Câmara de Vereadores.

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, o Gestor de Saúde encaminhou a Planilha OKR - Monitoramento de Ações, que é um instrumento orientador para a correção das irregularidades apontadas. Essa planilha contempla objetivos, resultados-chave, metas, responsáveis/proprietário da ação, além dos prazos acordados para execução das ações. Essa iniciativa evidencia o comprometimento dos profissionais envolvidos e a atuação responsável do Gestor de Saúde para organizar e qualificar o Sistema Municipal de Saúde de Guanhães.

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

#### ENCAMINHAMENTOS

No encerramento do processo administrativo de auditoria, os seus resultados serão comunicados:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Guanhães;
2. À Gerência Regional de Saúde de Itabira.

Por determinação legal, os resultados ainda poderão ser comunicados aos seguintes órgãos:

1. Ao Ministério Público Estadual;
2. Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.